

A construção da violência na televisão da Bahia

Relatório de análise sobre os programas Se Liga Bocão e Na Mira

1. Sumário gerencial

O presente relatório de pesquisa analisa a violação de direitos humanos na mídia televisiva, tendo como objeto de estudo os programas *Se Liga Bocão*, veiculado pela TV Itapoan, afiliada da TV Record, e *Na Mira*, veiculado pela TV Aratu, afiliada do SBT. Tal análise é parte do projeto *Democratização da Comunicação na Bahia*, através de parceria das organizações sociais CIPÓ – Comunicação Interativa e Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, e a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA) e financiado pela Fundação Ford. As ações foram executadas por meio do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC), órgão complementar da Facom/UFBA do qual as organizações acima são associadas e que tem com missão desenvolver iniciativas de formação, pesquisa e extensão reunindo a academia e as organizações e movimentos sociais.

A iniciativa de monitorar as violações dos direitos humanos na mídia partiu do seguinte contexto: a partir de 2005 houve uma intensificação das ações de mobilização da sociedade civil em torno do tema do direito à comunicação em todo o Brasil e também na Bahia. Tais ações buscaram incidir sobre o poder público a fim de abrir um debate acerca da necessidade de políticas públicas de comunicação que democratizassem os meios e que garantissem o controle social sobre os veículos.

Paralelo a isso, emissoras de tevê de Salvador passaram a investir mais fortemente em programas jornalísticos de perfil policiais, com enfoque sobre violência e crime, tendo como fontes de entrevistas e enfoque de coberturas os diversos segmentos sociais, que passaram a ter seus direitos sistematicamente violados. A situação motivou os movimento negro e da área da infância a denunciarem, em 2008, casos de violações ao Ministério Público, resultando na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pactuado, porém não cumprido pelas emissoras Aratu e Itapoan, como observado posteriormente.

A metodologia de monitoramento do *Se Liga Bocão* e do *Na Mira* combinou análise de conteúdo e análise de posicionamento discursivo aplicadas aos telejornais (SAMPAIO, 2009). Os programas foram avaliados no período de janeiro e junho de 2010 mediante a metodologia da Semana construída (KAYSER, 1953), na qual uma semana completa (de segunda a sexta-feira) de cada mês foi analisada, começando pela primeira semana do mês, seguindo pela segunda do mês seguinte e assim por diante. Desta forma, foi possível ter um panorama geral e sequencial dos dois programas a partir das análises das semanas construídas.

Durante o período da análise, o *Na Mira* era veiculado de segunda-feira à sexta-feira, às 12:10, sendo apresentado, até maio, por Uziel Bueno, depois substituído por Analice Salles. Já o *Se Liga Bocão* era veiculado também de segunda-feira à sexta-feira, às 13 horas, sendo apresentado por José Eduardo. Do ponto de vista do formato e da estrutura, os programas eram muito semelhantes em relação a tempo, divisão de blocos e horário de exibição. Eles sofreram poucas mudanças, ocorridas, por exemplo, em relação a acréscimo do tempo de exibição – o *Na Mira* contava com 45 minutos em janeiro, subindo para 60 minutos em junho. Já o *Se Liga Bocão* contava 60 minutos em janeiro e subiu para 70 minutos em junho.

As semelhanças foram encontradas também na análise de conteúdo, na qual avaliou-se a frequência com que os dados apareciam. Para categorizá-los foram divididos em dois campos: (1) aspectos sobre a produção da informação, com levantamento sobre: enquadramento das coberturas, formato das coberturas, tempo das coberturas, locais onde foram realizadas as coberturas, área geográfica do estado, principais violações presentes nesses tipos de programas e fontes de informação, e (2) aspectos sobre o perfil das fontes de informação, com levantamento de dados sobre: sexo, faixa etária e raça das pessoas entrevistadas pelos programas.

Cruzando categorias sexo, faixa etária e raça foi possível identificar o perfil das fontes de informação suspeitas ou acusadas de crimes nas coberturas do *Na Mira* e *Se Liga Bocão*: tratou-se de homens, jovens e negros. Somando-se ao local de cobertura este perfil ganhou mais uma característica: a baixa renda. Tal perfil reforça as constatações e denúncias dos movimentos sociais sobre a violação dos direitos humanos que as pessoas com estas características sofrem e que são cotidianamente reforçadas pelos dois programas. Na maior parte dos casos, os crimes dos quais estas pessoas foram acusadas não tinham comprovações, mas o fato de pertencerem a esse perfil foi indício suficiente para o julgamento e a condenação pelos programas e pela polícia.

A análise sobre posicionamento discursivo foi desenvolvida a partir da observação do “mundo possível” (SEMPRINI, 2000;1996) construído pelos programas. O “mundo possível” é uma estratégia de interação entre o programa e o cotidiano da sua audiência. Através dele é desenvolvida a implicação entre o “mundo” apresentado pela televisão e o “mundo” experimentado pelo telespectador em seu cotidiano. Esta operação se dá através de três estratégias retóricas: I. agradar (pela construção discursiva de um personagem que interage com o telespectador, Ethos), II. informar/convencer (pela construção de uma linha argumentativa com levantamento de prova, Logos) e III. comover (pela emoção, Pathos) (MAINGUENEAU, 2001).

Assim, o *Na Mira* construiu o personagem do justiceiro, encenado por Uziel e depois Analice, como aquele que de forma violenta acusa, julga e condena suspeitos ou

acusados de crimes, convencendo por meio de expressões agressivas, chulas e cheia de jargões, como “O sistema é bruto”¹ e comovendo pelo medo e pela segurança em saber da presença de alguém que pode fazer justiça com as próprias mãos, ainda que mediada por uma tela de tevê.

Já o *Se Liga Bocão* construiu o personagem do pastor, encenado por José Eduardo para conferir coerência à linha religiosa da emissora (com vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus), convencendo por meio da agressão e de expressões chulas, porém permeadas de outras salvacionistas e cristãs, como apelar para Jesus e orar após comentar situações de crime ou violência, e comovendo por meio da palavra cristã e da promessa da salvação – feita a alguns suspeitos ou acusados escolhidos por José Eduardo em cada programa.

Em linhas gerais, as principais violações encontradas nos dois programas podem ser organizadas ou divididas em quatro grupos, a saber: (1) violações contra direitos constituídos; (2) violações contra direitos políticos; (3) violações contra a dignidade humana, e (4) violações contra a diversidade (ou direitos difusos e coletivos). O estudo não tem o objetivo de trazer uma análise aprofundada sobre cada uma dessas dimensões. Estes grupos de violações nos servem menos como categorias conceituais definitivas ou estanques e mais como classificação didática, sem a pretensão de ser totalizante ou profundamente analisada.

Estruturalmente, o relatório está dividido nos seguintes capítulos: Apresentação, na qual explica o contexto de elaboração e execução da pesquisa; Histórico dos programas policiaiscos no Brasil e na Bahia; Introdução ao tema mídia e direitos humanos, abordando os dois conceitos e elencando grupos de violações segundo a legislação brasileira; Metodologia utilizada, explicando sobre análise de conteúdo e sobre posicionamento discursivo; Aplicação da metodologia nos programas; Análise de conteúdo do *Se Liga Bocão* e do *Na Mira*; Análise de posicionamento discursivo dos dois programas; Resumo dos estudos de caso; Principais considerações e recomendações; Referências e Quem somos, descrevendo as instituições parceiras e executoras da pesquisa.

¹Slogan criado pelo programa *Na Mira* para se referir ao tipo de cobertura feita, sobre crimes e violência. Tal slogan tornou-se uma marca predominante no programa.

2. Apresentação

Assim como ocorre em outros estados brasileiros, a Bahia sustenta problemas estruturais no campo da comunicação, marcados por concentração de mercado, ausência de políticas públicas e uso político dos meios como instrumento de persuasão ideológica. Apesar disso, é possível detectar um sensível aumento da mobilização civil em torno da pauta da comunicação nos últimos cinco anos, sobretudo em torno de articulações de associações civis e movimentos sociais.

Esta mobilização vem reforçando duas percepções que merecem ser destacadas: (a) uma maior compreensão sobre a importância da comunicação para a democracia contemporânea; (b) o entendimento deste campo a partir da ótica dos direitos humanos. No bojo das reivindicações que surgiram neste cenário, algumas iniciativas de participação política foram executadas pelo governo do estado, como as 1ª e 2ª Conferências Estadual de Comunicação e a criação de um Grupo de Trabalho que estruturou a proposta de Lei que visa criar o Conselho Estadual de Comunicação.

Se por um lado as iniciativas da sociedade civil vêm conseguindo, de algum modo, incidir sobre ações governamentais, por outro lado não se conseguiu ter uma abertura de diálogo junto aos veículos de comunicação de massa, incluindo aqueles que operam concessões públicas, como é o caso das TVs e rádios. Como parte desse esforço de pressionar por maior qualidade de conteúdo e pelo fim de violações de direitos humanos que já se tornaram cotidianas em programas televisivos, movimentos negro e da área da infância ingressaram, em 2008, com denúncia no Ministério Público da Bahia contra os dois programas já citados: *Se Liga Bocão*, (TV Itapoan) e *Na Mira* (TV Aratu). Na ocasião, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto às emissoras, cujo cumprimento, como observou-se mais tarde, não ocorreu, motivando o MP a formalizar denúncia contra os dois programas.

A partir desse episódio junto ao MP e do cenário de efervescente discussão no estado sobre direito à comunicação, as organizações sociais CIPÓ – Comunicação Interativa, Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom / UFBA) conceberam, em 2009, um projeto conjunto dividido em três eixos de ações: mobilização da sociedade civil; monitoramento de violação de direitos humanos na mídia televisiva; e visibilização do tema, mediante ferramentas da comunicação como um site (www.ccdc.ufba.br). O projeto foi financiado pela Fundação Ford e executado através do Centro de Comunicação, Cidadania e Democracia (CCDC), órgão complementar da UFBA do qual as organizações acima participam e a Facom coordena.

O presente relatório é um dos produtos resultantes deste projeto, especificamente tratando do eixo: monitoramento de violação de direitos humanos na mídia televisiva.

Para chegar à análise aqui apresentada foram seis meses de estudos, debates, leituras e atividades realizadas por profissionais e militantes da CIPÓ e do Intervozes e estudantes e professores da Facom. O resultado do trabalho reflete um pouco das práticas e conceitos aplicados pelas organizações sociais e a faculdade, constituindo um texto que mescla elementos teóricos com práticas sociais.

3. Histórico dos programas policiaiscos no Brasil

Em setembro de 2010, a televisão completou 60 anos de relação com a sociedade brasileira. Inicialmente restrita às camadas privilegiadas urbanas, a tevê trilhou caminho para chegar às multidões na transição do Brasil rural para o urbano. Apesar de rapidamente chegar até as pequenas cidades e comunidades agrárias no interior do país, ao ponto de tornar-se presente em 97,5% dos lares², predominou na televisão a representação da cultura do sudeste e sul do Brasil. Novelas, programas de auditório, noticiário e futebol compuseram a base de uma grade de programação que construiu o hábito nacional de passar horas por dia à frente da tela de vidro³.

Na década de 1960 a tevê se iniciou no Brasil em 200 mil aparelhos receptivos e em 1968 chegou a 3,2 milhões, estimulada pelo crédito ao consumidor. Foi nessa expansão da tevê que os programas voltados para setores populares deram passos mais consistentes. A concorrência entre as emissoras se acirrou em 1966, quando a Rede Globo expandiu suas atividades do Rio de Janeiro para São Paulo. Além de ser apoiada pela ditadura militar, a Globo apostou numa série de programas de cunho popular para sair da incomoda terceira colocação em audiência, atrás da Excelsior e Tupi. Os maiores responsáveis em envolver os telespectadores na emissora de Roberto Marinho foram Chacrinha, Silvio Santos, Dercy Gonçalves e Jacinto Figueira Júnior.

Jacinto Figueira Júnior é pouco conhecido das novas gerações, mas foi o responsável por inovar ao levar o "mundo cão" para tevê, no programa *Homem do Sapato Branco*, em 1966. O retorno do público foi estrondoso, mesmo o programa sendo veiculado às 23 horas. Jacinto, calçado com sapatos brancos, apto a ouvir e encaminhar os problemas do povo, praticava ações assistencialista, exibia dramas, brigas familiares, casos policiais. O homem do sapato branco se tornou deputado estadual por São Paulo e

²Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) aponta que somente o fogão deixou a tevê para trás nos lares nacionais.

³Pesquisa PNAD 2008 demonstrou que 52% da população no Brasil passa pelo menos 1 hora e outros 42% ao menos 3 horas por dia assistindo televisão.

provocava nos cidadãos a possibilidade de utilizar a tevê para encaminhar problemas pessoais.

Os militares, insatisfeitos com o crescimento de Jacinto, estimularam processos que o prenderam e retiraram o programa do ar, em 1968. Os questionamentos públicos contrários ao seu programa, naquele momento, não eram de violação aos direitos humanos, mas sim da moral e dos bons costumes. Anos depois, nas décadas de 1980 e 1990, Jacinto retornou à tevê, sem a mesma expressão. Entre as suas aparições se destaca o policial *Aqui e Agora*, veiculado pelo SBT (do Sistema Brasileiro de Televisão).

"Silvio Santos vem aí" – Outro comunicador que também virou fenômeno de audiência foi Silvio Santos Abravanel, que além de apresentar programas de auditório era produtor independente desde anos 1960. Se consolidou na tevê Globo, que em 1972 renovou o seu contrato com a prerrogativa de reter a compra de horários em outras emissoras.

Era pouco para Silvio Santos. Em 1975 o presidente militar Ernesto Geisel lhe concedeu a primeira outorga de radiodifusão, e em 1981 ele expandiu sua propriedade e fundou a marca SBT. Para galgar seu espaço, o SBT utilizou a mesma estratégia da Globo quando surgiu: estimular o popularesco⁴.

As tentativas de aumentar a audiência foram diversas, com programas de auditório, sorteios e influência do formato do programa de Jacinto Figueira Júnior, como *O Povo na TV* e *Jornal Policial*, apresentados por Wagner Montes⁵, até chegar ao *Aqui e Agora*, em 1991, baseado no homônimo da extinta Tupi de 1979.

Sob o lema "Um jornal vibrante. Uma arma do povo que mostra na tevê a vida como ela é!", os destaques do *Aqui e Agora* foram o inovador gerador de caracteres, a construção das notícias com poucos cortes e até em tempo real – na maioria dos casos ao lado da

⁴De acordo com (dicionário) Houaiss, *popular* refere-se àquilo que pertence ao povo, à gente comum, feito pelas pessoas simples (as festas folclóricas por exemplo). Já *popularesco* é aquele que tenta ter caráter popular, que tenta imitar o que é popular.

⁵Wagner Montes foi reeleito deputado estadual do Rio de Janeiro no pleito de 2010, alcançando a maior votação da história da Assembleia Legislativa do Rio, impulsionado pela apresentação do programa *Balanço Geral* na Rede Record local.

polícia, a voz rouca, em tom de suspense, com a qual o repórter policial Gil Gomes narrava os acontecimentos, e o horário de transmissão: por volta das 18h⁶.

O gênero popularesco assumiu a vertente policialesca. A participação das corporações policiais teve papel preponderante nos programas de tevê, repetindo uma fórmula iniciada nos jornais impressos e nos programas de rádio. Tanto que grande parte dos apresentadores desse gênero na tevê foram originados do rádio, como Gil Gomes.

Após o *Aqui e Agora* (1991-1997) se firmaram os programas policiais veiculados nos finais da tarde. *190 Urgente*, (CNT), *Cidade Alerta* (Rede Record), *Na Rota do Crime*, (Manchete) e *Brasil Urgente* (TV Band) são alguns exemplos⁷. O *Cidade Alerta* estreou em 1995 e tornou-se sucesso de audiência até 2004, ano em que foi notificado pela Secretaria Nacional de Justiça em virtude das imagens de violência que eram veiculadas. Diante disso, a Record decidiu encerrar o processo e deixou de veiculá-lo em sua grade de programação. Em 2007, o mesmo formato de programa passou a ser exibido pela emissora em rede nacional como o nome *Balanço Geral*, aproveitando o nome homônimo do programa da Record/Bahia, TV Itapoan, apresentado por Raimundo Varela. O nome *Balanço Geral* passou a ser utilizado a partir de então para todos os jornais policialescos da emissora em cada uma de suas praças. Esse programa ainda foi marcado, tal qual o antigo *Cidade Alerta*, pela exploração de notícias cuja temática centraleram as matérias sobre crimes e a cobertura da ação policial.

A situação dos programas policialescos só se modificou a partir em 2007, com a Classificação Indicativa, legislação que classifica os horários nos quais os programas televisivos podem ser exibidos de acordo com a faixa etária das crianças e adolescentes⁸. O fenômeno, no entanto, migrou para as emissoras afiliadas e proliferou em inúmeras cidades brasileiras, com programas como *Ronda Geral*, da TV Tribuna

⁶Além de Gil Gomes, completavam o time no início dos anos 90: Sônia Abrão, Wagner Montes, César Tralli (Rede Globo) e Celso Russomano (deputado federal e candidato derrotado a governador de São Paulo em 2010, se destacando pelos quadros de defesa do consumidor).

⁷No horário depois das 22h, vale mencionar o extinto *Linha Direta* (Globo). Em 2010, a RedeTV lançou o reality show *Operação de Risco* e a Band seguiu a mesma linha com o *Polícia 24 horas*, ambos acompanhando o trabalho diário de policiais, inspirados na série norte-americana *Cops*.

⁸Em 2004, o Ministério da Justiça notificou o *Cidade Alerta* e o *Brasil Urgente* e mais três programas do Ceará: *Barra Pesada*, da TV Jangadeiro (SBT), *Cidade 190*, da TV Cidade (Record) e *Rota 22*, da TV Diário (Globo), por serem inapropriados para o horário vespertino. Porém, o responsável pela ação no governo federal foi transferido do cargo um dia depois. A Classificação Indicativa só passou a valer em 2007.

(Record) e *Sem Meias Palavras*, da TV Jornal (SBT), ambas em Pernambuco; *Chumbo Grosso*, da TV Goiás (Band), em Goiás; e *Comando Policial*, da TV Alamanda (SBT), do Pará.

3.1 Os programas policiaiscos na Bahia

Nos últimos quinze anos, o crescimento do acesso à internet, tevê por assinatura e outras mídias digitais atenuaram a influência da televisão aberta, em especial para aqueles que podem pagar por novos serviços. Ao mesmo tempo, as emissoras âncoras (chamadas cabeça de rede, ou seja, aquelas de caráter nacional que possuem afiliadas nos estados e municípios) consolidaram poderio sob as afiliadas, reservando uma média de 10% para a programação regional. No caso da Bahia, a média é pouco a cima da nacional, 11%, devido aos percentuais da TVE BA (14,78%) e da TV Itapoan (Record) (12,5%)⁹.

A programação local, no entanto, possui menor audiência e arrecadação publicitária, o que influenciou nos tipos de conteúdos que passaram a ser veiculados pelas emissoras locais, principalmente de jornalismo e entretenimento. Na Bahia, a tevê Itapoan, então afiliada ao SBT, apostou nos programas jornalísticos policiais, lançando, em 1980 o *Balanço Geral*, veiculado por volta do meio dia e comandado por Fernando José. A popularidade do programa foi tamanha que credenciou Fernando José a assumir o posto de prefeito de Salvador, em 1989. Com sua saída assumiu a atração Raimundo Varela. O programa depois foi levado para a Band TV, em 1990. Em 1997, com a compra da Itapoan pela Record, Varela retornou à antiga casa e o *Balanço Geral* também.

Alguns anos depois, a Record resolveu reproduzir a marca por todo país, na maioria das vezes com imenso sucesso. Porém, em Salvador o programa passou a perder terreno para a TV Aratu, afiliada ao SBT, com o programa *Se Liga Bocão*, também sobre criminalidade, violência e o universo policial e veiculado no mesmo horário que o *Balanço Geral*. A influência do formato do *Aqui e Agora*, de Gil Gomes, foi grande no *Se Liga Bocão*, inclusive com a utilização de um ex-lutador de boxe como um dos comediantes¹⁰ e a volta ao ar do repórter Zé Bin, personagem baiano que surgiu pela

⁹Dossiê Observatório do Direito à Comunicação sobre a programação regional na televisão aberta no Brasil.

http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4770

¹⁰No *Aqui e Agora* o ex-pugilista Maguila compôs a equipe. No *Se Liga Bocão*, do SBT, era o baiano Reginaldo Holyfield.

primeira vez no *Balanço Geral*. O apresentador da atração, José Eduardo, saiu da tevê Aratu em 2007, depois de um tumultuado desligamento que envolveu denúncias entre o apresentador e a direção da Aratu, migrando para a tevê Itapoan, em 2008, com o programa de sua marca, veiculado de segunda-feira a sexta-feira antes do *Balanço Geral* com Raimundo Varela.

A TV Aratu lançou então, em 2008, dois programas na linha popularesca policial: *Que Venha o Povo*, apresentado por Casemiro Neto, um ex-âncora da TV Bahia, seguido por *Na Mira*, apresentado até maio de 2010 por Uziel Bueno, depois substituído por Analice Salles.

4. Mídia e Direitos humanos: uma introdução

Falar em meios de comunicação significa falar em construção e desconstrução da realidade numa era onde boa parte da nossa percepção de mundo é simbolicamente mediada. Muito mais do que despreziosos difusores de informação, os *media* representam hoje o principal palco para a visibilidade contemporânea (GOMES, 2004), disseminação e disputa de valores, agendamento de temas para o debate público (MACCOMBS e SHAW, 1972) e, também, consolidação ou violação de direitos (MARQUES e SATHLER, 2005). Mesmo com o surgimento de plataformas digitais de comunicação, a televisão ainda é o meio mais assistido pela grande maioria dos brasileiros. Aquilo que é dito e reforçado na tela pode não ser palpável ou sólido, mas tem efeitos concretos no dia a dia das pessoas e na forma como enxergamos o mundo. Por esses motivos, qualificar o conteúdo dos *media* consiste em algo tão necessário à consolidação das democracias modernas.

Como afirma o Art. 5º da Constituição brasileira, em seu inciso IX “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988). Porém, a noção de “liberdade” não significa fazer o que bem entender. Toda liberdade está sujeita a valores outros não devendo, deste modo, ser utilizada como justificativa para violações e crimes. No mesmo artigo, a Carta Magna brasileira também aponta: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Apesar desta nítida afirmativa, alguns veículos de comunicação no Brasil são hoje um dos maiores transgressores dos direitos humanos, pois fazem isso cotidianamente sem precisar usar armas: fazem-no utilizando microfones, antenas e câmeras.

Seria pouco sofisticado e desproporcional afirmar que as violações ocorrem a todo momento em todos os jornais, revistas e canais de rádio e televisão. Há exemplos de

bons programas televisivos ou radiofônicos, de bom jornalismo que cumpre seu papel e respeita princípios éticos hoje amplamente aceitos. Ao mesmo tempo, é correto afirmar que em linhas gerais a qualidade do jornalismo e da comunicação está bem aquém do ideal para um país justo e democrático, que respeita as diferenças e promove os direitos e o bem comum. Também é certo afirmar que há exemplos ruins o suficiente a ponto de identificarmos que este se trata de um problema estrutural e, com efeito, estruturante.

Compreender este cenário de modo integral implica em observar duas dimensões simultâneas que a comunicação assume quando trata de direitos humanos. Primeiramente, (1) como se trata de um âmbito da construção simbólica da realidade, a comunicação deve ser vista como um direito: todos podem e devem a tomar parte nos processos comunicativos e, assim, influenciar a construção simbólica desta mesma realidade. Segundo, (2) sendo um ambiente de construção e mediação de valores, de visão de mundo e de veiculação daquilo que ocorre no dia a dia, a comunicação é também um âmbito de violações de direitos.

No que diz respeito à primeira dimensão ressalta-se a importância do papel ativo dos cidadãos na produção e disseminação de informação, conteúdo e opinião, algo inerente às estruturas de um Estado democrático. A tradicional bandeira da liberdade de expressão é o fundamento deste princípio, porém, vem sofrendo distorções, uma vez que nem todos os cidadãos conseguem exercitá-la em uma sociedade midiaticizada. Na prática, quem exerce a liberdade de falar e ser ouvido são empresas de comunicação. Uma concentração de poder que se mantém ativa, mesmo diante das possibilidades de comunicação abertas pelas novas tecnologias como a internet. O poder de meios como a televisão continua sendo bastante significativo quanto ao alcance e impacto que exerce. O quadro se complica em países como o Brasil, onde a concentração de poder e posse dos meios de comunicação atingem patamares de uma anomalia.

No que se refere à segunda dimensão citada, numa perspectiva evolutiva, podemos pensar a comunicação no âmbito de um novo conjunto de direitos humanos característicos da contemporaneidade (RAMOS, 2005). Historicamente, é possível identificar a emergência de uma primeira geração de direitos que podemos chamar de direitos civis: dizem respeito a questões como liberdade individual, liberdade de pensamento, de religião, de reunião etc. Seriam direitos típicos das lutas e revoluções que marcaram a queda do Antigo Regime. Em seguida, tivemos a bandeira dos direitos políticos que envolvem liberdade de associação, engajamento em partidos, sufrágio universal e demais direitos eleitorais. Estes estariam vinculados à formação do Estado democrático, bastante enfatizados a partir do século XIX. A terceira geração de direitos é o que podemos chamar de direitos sociais que tratam de violações dos direitos humanos no âmbito da expansão do sistema capitalista. Envolve temas como direito ao

trabalho, à assistência, à educação, à saúde etc. O direito à comunicação seria uma quarta geração de direitos humanos no qual também podemos incluir o direito à cultura. Estes envolvem a premissa de que todo e qualquer cidadão pode e deve ser peça ativa na construção simbólica da realidade e não apenas unicamente um agente passivo. Algo que vai para além da mera noção de direito à informação.

4.1 Principais tipos de violações

Se por um lado temos a comunicação como um direito, por outro temos violações de direitos humanos praticadas pelos meios de comunicação quando estes mediam a realidade. É justamente em torno desta segunda dimensão que a presente pesquisa está mais fortemente concentrada. A violação de direitos humanos pela mídia demonstra que os meios de comunicação são tanto difusores quanto transgressores de direitos. Isso ocorre quando enfatizam determinados valores em detrimento de outros em coberturas jornalísticas, programas televisivos, comentários, uso de expressões que carregam racismo, discriminação ou preconceitos. A exigência de conteúdos que respeitem determinados princípios é ainda mais irrefutável no caso da radiodifusão, na qual as empresas operam concessões que são patrimônio público, uma vez que os canais não são de propriedade das emissoras, mas um bem público, como são as estradas, as ruas, as praças etc. Tais empresas operam o serviço, mas são obrigadas a cumprir um papel social e respeitar normas e preceitos estabelecidos.

Na disputa por audiência a qualquer custo, a violação de princípios básicos da dignidade, da democracia, da ética ou da pluralidade se torna institucionalizado na programação de alguns meios. Neste sentido, seria possível listar uma série de violações praticadas cotidianamente por diversos veículos de comunicação (desde jornais, revistas, TV, rádio etc.) que atacam regularmente desde questões éticas, a normas constitucionais, bem como leis e códigos civis.

Para efeito deste relatório, convém menos fazer um inventário descritivo desses eventos e sim identificar algumas categorias de agressões e suas implicações sociais e políticas. Assim, podemos elencar quatro conjuntos de violações, a saber:

- a) violações contra direitos constituídos;
- b) violações contra direitos políticos;
- c) violações contra a dignidade humana;
- d) violações contra a diversidade (ou direitos difusos e coletivos).

As violações contra os direitos constituídos tratam da inobservância de normas e preceitos do Direito que constituem o campo de ação da Justiça. Julgamento antecipado de acusados; transformação de um suspeito em criminoso sem que haja processo

judicial condenatório; incitação à violência ao apoiar a ação de grupos de extermínio são alguns dos exemplos mais visíveis desta dimensão e que estão presentes nas análises contidas neste relatório.

As violações contra os direitos políticos envolvem o tratamento discriminatório dos meios de comunicação quanto ao direito de livre associação, de expressão da opinião, de manifestações, protestos e outras mobilizações sociais. No Brasil, a criminalização de movimentos sociais é um retrato nítido deste tipo de violação e já vem sendo uma prática bastante enraizada na cobertura de alguns veículos de comunicação.

Já as violações contra a dignidade humana se referem ao tratamento desrespeitoso a cidadãos em situações adversas ou em situações de extrema fragilidade (como em tragédias, mortes e outras intempéries). A exposição de cadáveres, a exploração da imagem de crianças e adolescentes em situação de risco ou violência, a invasão da privacidade e toda situação na qual um cidadão tem a sua imagem exposta de modo grotesco são alguns dos exemplos hoje comuns e analisados pela pesquisa.

O quarto conjunto de violações trata do desrespeito ao princípio da pluralidade: uma dimensão fundamental para as democracias contemporâneas. Uma vez que compreendemos que os meios de comunicação são parte estrutural do espaço público e por isso devem refletir a diversidade social existente, também devemos compreender que há uma obrigação em tratar dos diferentes segmentos, etnias, gêneros, grupos religiosos, culturas etc. de forma equânime. O que ocorre, com frequência, é um tratamento desigual, no qual determinados segmentos inexistem para a mídia, mesmo que façam parte inerente e significativa de uma cultura. Ao mesmo tempo, outros ganham visibilidade exacerbada e têm espaço de fala garantido de forma desproporcional. Há também segmentos ou grupos que têm sua imagem estigmatizada e desrespeitada pelos meios, associada a tratamentos racistas, homofóbicos ou discriminatórios.

Nota-se que cada uma dessas categorias enfatiza determinados aspectos comuns nas violações que a mídia tem produzido ou pode produzir no desenvolvimento de suas atividades e que provocam efeitos danosos para uma sociedade de fato democrática. Sobretudo, afetam a forma como a opinião pública compreende determinados temas e incentiva uma tendência em replicá-los. Ao mesmo tempo, importante perceber que cada categoria não ocorre de modo isolado: estão sistematicamente conectadas. Por exemplo, uma cobertura específica de um fato como uma tragédia ou acidente pode reunir ao mesmo tempo violações contra direitos civis, contra a dignidade humana e contra a pluralidade ao veicular o tema expondo crianças, tecendo comentários sexistas e tratando suspeitos como criminosos.

4.2 Legislações sobre o tema

Muitas das violações aqui levantadas estão referendadas em leis, estatutos, códigos civis, tratados ou declarações internacionais. No Brasil, temos a própria Constituição Federal de 1988 (principalmente em seus artigos iniciais e nos artigos 220 e 221); o Código Civil brasileiro; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990); Lei 7.716/1989 (que trata de crimes sobre preconceito de raça ou de cor); Lei 10.216/2001 (que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento mental e redireciona o modelo assistencial em saúde mental). Sobre acordos e documentos multilaterais tem-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966) como algumas das referências mais importantes que versam sobre direitos humanos e que são regularmente violados por alguns meios de comunicação.

As diversas violações devem ser observadas não apenas a partir do quadro legal, mas também a partir de princípios éticos que ainda não se constituíram enquanto leis, mas que já são plenamente exigidos socialmente ou que já estão sedimentadas em manuais e códigos deontológicos¹¹, como aqueles hoje impostos ao bom jornalismo (BUCCI, 2000).

Por fim, convém ressaltar que no resultado deste relatório algumas categorias de violações não aparecerão com tanta força enquanto outras estarão claramente aferidas. Isto se dá devido às próprias características dos objetos (programas televisivos) escolhidos para este pesquisa de monitoramento de violações. Sobretudo, uma pesquisa mais ampla, abarcando os diversos veículos e diversos programas, mostraria que há uma recorrência preocupante em todas as categorias listadas. Por ora, serve-nos como alerta este estudo que irá trazer elementos concretos de violações.

¹¹Conjunto de deveres que impõem a certas categorias profissionais o cumprimento da sua função. Podem existir tratados deontológicos, por exemplo, dos médicos, dos advogados, dos jornalistas.

5. Metodologia dos monitoramentos¹²

A análise dos programas televisivos em referência teve como abordagem metodológica a integração entre metodologia qualitativa (posicionamento discursivo) e quantitativa (análise de conteúdo). Essa aproximação das abordagens condiz com as tendências atuais (BABBIE, 2001; JENSEN, 2002) que sugerem uma interdependência entre a categorização e quantificação de resultados, bem como a sua interpretação.

5.1 Análise de conteúdo: categorização e quantificação das violações

A análise de conteúdo permite ao pesquisador a delimitação do campo da investigação e do objeto de pesquisa e de modo geral se divide em 04 etapas: pré-análise, categorização, codificação/contagem dos itens e interpretação.

A pré-análise caracteriza-se como uma etapa experimental na qual são lançadas as primeiras observações intuitivas sobre o objeto em questão. Nesta etapa, acontece a delimitação do *corpus* que segue as prerrogativas do modelo comunicativo proposto por Lasswell: “Quem fala (emissor), a quem (receptor), para significar o quê? E de que modo?”. Na categorização registram-se todos os elementos do *corpus* com o propósito de classificar por categorias temáticas, estabelecendo porcentagens e realizando comparações entre as variáveis. Essas categorias devem por sua vez responder a quatro qualidades fundamentais: a pertinência, a exaustividade, a exclusividade e a objetividade. Vê-se aqui mais uma vez a principal característica da abordagem quantitativa que está na generalização das constatações obtidas durante a pesquisa.

De modo geral, essas quatro etapas asseguram, em tese, que se um outro pesquisador seguir os mesmos traços definidos em uma dada pesquisa, obterá o mesmo resultado. A codificação/contagem dos itens é a etapa na qual são aplicadas as categorias ao *corpus* e a grade analítica é preenchida. Por fim, na fase de interpretação é através de inferências, com base nas quantificações estabelecidas nas etapas anteriores, que são elaboradas as conclusões sobre o conteúdo manifesto do texto analisado (ROBERT; BOUILLAGUET, 1997, p.27 a 32). No capítulo 8, são apresentadas as categorias utilizadas no presente estudo que tiveram como parâmetro as recorrências das violações ocorridas nos programas televisivos *Se Liga Bocão* e *Na Mira*, a exemplo de “assassinato”, “abuso e exploração sexual” etc.

¹²A base metodológica dos monitoramentos foi desenvolvida a partir do trabalho *A construção do posicionamento discursivo no telejornalismo: um estudo comparativo das estratégias discursivas dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record* (SAMPALHO, 2009).

5.2 Posicionamento discursivo: o telejornal como construção social da realidade

Ancorada na pragmática, a metáfora do mundo possível (SEMPRINI, 1992; 1996) explora o posicionamento discursivo levando em consideração três instâncias, a saber: credibilidade, legitimidade e sedução. Para Andrea Semprini (1996), estes três conceitos orientam o posicionamento discursivo de diversos produtos midiáticos em todo o mundo. Para construir um mundo possível, é preciso garantir uma coerência em sua estratégia enunciativa.

Os telejornais devem, a princípio, estabelecer uma regularidade junto à sua audiência, de modo que os telespectadores possam encontrar as mesmas marcas identitárias em cada exibição. A fidelização da audiência acaba sendo construída, a partir das expectativas lançadas pelo próprio programa de televisão e pela criação de uma unidade discursiva, traduzida em um posicionamento.

Progressivamente, os canais e os programas de televisão estão se constituindo, através de marcas identitárias e assumindo uma certa personalidade em relação ao mundo midiático. É através dessa personificação dos canais de televisão que os telespectadores se tornam verdadeiros companheiros dos produtos midiáticos (JOST, 2004). É nessa aproximação entre as marcas identitárias do programa, ou invariantes, que são instaurados os mundos possíveis.

Para Semprini (1996), cada suporte cria uma relação específica com o seu público, fundada sob a regularidade e a continuidade de um dispositivo enunciativo dinâmico. Através do posicionamento discursivo, os produtos midiáticos desenvolvem operações para instaurar um mundo possível com características que possam estabelecer conexões com o universo de sentido dos telespectadores.

No cenário de disputa midiática, cada programa televisivo quer se diferenciar dos demais e, para tanto, busca construir um sujeito discursivo que deve ser reconhecido pelo seu público. Diante dessa operação, um produto jornalístico se constitui enquanto um enunciador dotado de características próprias, cujo principal objetivo é persuadir o seu público obedecendo a duas operações: fazer informar e fazer seduzir (FERREIRA, 1997).

Com a finalidade de persuadir o co-enunciador, o sujeito construído, discursivamente, no interior de um programa jornalístico, produz basicamente três tipos de efeitos, são eles: I. Agradar (através da imagem de si projetada por meio do seu discurso, o Ethos) II. Informar/Convencer (graças à construção coerente de uma lógica argumentativa e narrativa, o Logos) e III. Comover (produzir a emoção, através do Pathos).

Essa tríade toma como base a retórica que, segundo Paul Ricoeur (2007), é a disciplina mais antiga sobre o estudo da linguagem. Aristóteles a define como sendo: “(...) a arte

do discurso humano, mais humano” (RICOEUR, 2007, p.106). Um primeiro critério da arte retórica está em saber que: 1. é orientada a uma platéia, 2. é orientada pelo jogo da argumentação e 3. visa à persuasão.

Kallmeyer, ao tratar da "retórica da fala", adere a estes pressupostos já mencionados (apud. RICOEUR, 2007). Segundo ele, a abordagem retórica também está presente em qualquer forma de fala, ou enunciação (se quisermos empregar um termo mais próximo à análise do discurso), e é regida por três perspectivas: 1. um modo de gestão de faces (Ethos), 2. um tratamento dado em função de um fim prático (Logos) e 3. um tratamento correlativo dos afetos (Pathos).

Vale ressaltar que esses três tipos de produção de efeitos têm como principal objetivo gerar a persuasão, através da construção discursiva de provas no interior do discurso. Assim, na nossa hipótese, é a partir dessas três variáveis que o mundo possível dos telejornais é desenvolvido, buscando, pois, fidelizar o público com a construção de um sujeito discursivo que **agrada**, pelas modalidades do Ethos, **informa** e **convence**, graças ao Logos, e **comove**, através do Pathos.

É nessa construção simbólica (SEMPRINI, 1996) que o mundo possível é criado e os consumidores dos produtos midiáticos se associam, a partir de três processos de identificação com estratégias discursivas elaboradas pelos telejornais. O primeiro deles advém da construção de um modo de enunciação (Ethos) específico em relação a sua audiência, que pode ser também compreendido como a busca por fazer agradar ao forjar a credibilidade.

Já o trabalho do Logos consiste em uma forma particular de construção do ponto de vista ou “mundo real”¹³ (JOST, 2004), que pode ser observado a partir de estratégias de construção discursiva da legitimação (informar e convencer) exploradas a partir do plano do enunciado (Logos).

O terceiro processo, o Pathos, é desenvolvido de modo a forjar uma maneira específica de construir uma relação de afeto com o seu público, pela sedução (Pathos). Vale ressaltar que a desagregação dessas três facetas do posicionamento discursivo é de cunho meramente didático, uma vez que elas se complementam e são interdependentes.

O mundo partilhado entre enunciadorees e co-enunciadorees é apresentado de forma diária pelos telejornais e, graças aos distintos pontos de vista que constroem sobre o “mundo

¹³A noção de “mundo real” como uma construção simbólica dos suportes midiáticos é bastante discutida e difundida na França através do conceito de *télé-réalité*. No Brasil, essa ideia foi traduzida como tele-realidade que é “a realidade segundo a televisão” JOST (2004a)

real” (JOST, 2005), cada telejornal desenvolve um mundo possível que é uma versão do universo de sentido partilhado pelo co-enunciador e enunciador, cujo referente é o “real”.

Vimos que as operações de construção de efeito de sentido dos enunciadores em direção aos co-enunciadores visam a legitimar o mundo possível construído. Cada telejornal em questão desenvolve a sua forma particular de implicar o co-enunciador no seu discurso e estabelecer um relacionamento de fidelização junto a sua audiência. O texto (verbal e não verbal) é a matéria significativa pela qual essas operações são construídas.

A encenação dos apresentadores; a fala dos jornalistas e fontes; as notícias veiculadas; as formas de interpelar o co-enunciador e outras formas de manusear as matérias significantes devem ser operações harmônicas, de forma a poder corporificar um Ethos, que fala através do discurso e busca informar e convencer o co-enunciador, graças à construção da prova (Logos). E, por fim, deve seduzir e comover com o trabalho do Pathos. De forma resumida, o mundo real, o mundo possível e o mundo textual estão implicados em um processo de semiose social (SAMPAIO, 2009).

No presente trabalho, chegou-se a uma interpretação acerca da forma como os programas *Se Liga Bocão* e *Na Mira* constroem a sua relação com o telespectador. Essa estratégia discursiva resulta em uma personagem que se constitui enquanto uma estratégia de interação/aproximação com a audiência. Como poderá ser visto na análise, é a partir dessa personagem que as violações são justificadas e até mesmo incentivadas pelos apresentadores e pela estrutura enunciativa dos programas.

6. Descrição dos programas

O *Se Liga Bocão* e o *Na Mira* configuram-se como programas jornalísticos específicos sobre violência, criminalidade e o universo policial. Retratam a violência urbana ocorrida em todo o estado, com destaque para Salvador e Região Metropolitana. Os dois programas investem nos bastidores das corporações policiais para expor denúncias, casos diversos de violência e crimes.

O *Na Mira* surgiu em 18 de agosto de 2008, na TV Aratu, afiliada do SBT, sendo apresentado, desta data até maio de 2010, pelo jornalista Uziel Bueno. Depois foi substituído pela apresentadora Analice Salles. O programa, no período analisado, ia ao ar de segunda-feira a sexta-feira, às 12:10. Desde maio de 2010 o *Na Mira* passou a ser precedido por um boletim diário de 15 minutos, veiculado cerca de 40 minutos antes do programa, anunciando as principais matérias que seriam veiculadas no dia.

Durante o período de análise, o programa teve uma média diária de 60 minutos, divididos em quatro blocos. No primeiro o apresentador Uziel (e depois Analice)

anunciava as principais matérias do dia, no segundo e terceiro blocos havia a veiculação das matérias e no quarto bloco o fechamento de alguma reportagem e o anúncio daquelas que seriam exibidas no dia seguinte.

O *Na Mira* sofreu poucas alterações no seu formato durante a análise. Uma delas foi a variação no horário de exibição, de 11:55 para 12:10 e um acréscimo no tempo do programa – em janeiro ele teve uma média de 45 minutos, enquanto em junho subiu para 60 minutos. A quantidade e a estrutura dos blocos não sofreram alterações, com exceção para situações excepcionais, como no Carnaval, quando o programa teve tempo de cobertura menor ou não foi ao ar.

O *Se Liga Bocão* surgiu em 14 de janeiro de 2008, na TV Itapoan, afiliada da Record, sendo apresentado por José Eduardo Bocão. Na verdade, o programa foi veiculado primeiramente na TV Aratu, em 2007, mas devido a desentendimento do apresentador com a direção da emissora ele se desligou da Aratu e migrou o programa para a Itapoan. O *Se Liga Bocão*, durante o período de análise, ia ao ar de segunda-feira à sexta-feira, às 13 horas.

O programa teve uma média diária de 70 minutos. Sua estrutura era semelhante à do *Na Mira*, com quatro blocos, sendo o primeiro de resumo das principais matérias do dia, o segundo e terceiro de veiculação das matérias e o quarto de encerramento de alguma reportagem e o anúncio do programa do dia seguinte.

O *Se Liga Bocão* também sofreu poucas variações em seu formato, com acréscimo no tempo de exibição – em janeiro ele teve uma média de 60 minutos e em junho subiu para 70 minutos.

Os dois programas contavam, em seu primeiro bloco, com diálogos dos apresentadores com outros que precediam as atrações, também de caráter jornalístico popular. Em *Na Mira*, Uziel e depois Analice abriam o programa conversando com Casemiro Neto, apresentador do *Que venha o Povo*, sobre temas inerentes às duas atrações. Já José Eduardo abria o programa conversando com Raimundo Varela, apresentador do *Balanço Geral*, também sobre temas relativos às duas atrações.

Foi possível perceber que, durante o período analisado, o *Na Mira* e o *Se Liga Bocão* mantiveram formato e estrutura bastante semelhantes entre eles. Tempo, divisão de blocos, horário de exibição foram muito próximos entre os dois. Tal semelhança também foi perceptível na análise de elementos jornalísticos e no perfil das fontes de informação, como avaliado na análise de conteúdo dos programas, no capítulo 8. As diferenças só ficaram mais nítidas no posicionamento discursivo de cada programa, quando foi possível notar suas estratégias de comunicação com o telespectador, analisadas no capítulo 9.

7. Aplicação da metodologia

Como explicado no capítulo 5 sobre a metodologia de pesquisa, para monitorar a violação dos direitos humanos nos programas televisivos *Na Mira* e *Se Liga Bocão* foram realizadas análises de conteúdo e de posicionamento discursivo dos dois programas.

Na análise de conteúdo foram seguidas as quatro etapas de pré-análise, categorização, codificação/contagem e interpretação. A pré-análise consistiu em assistir por diversas vezes os dois programas, levantando uma série de dados (*corpus*) possíveis para a análise. No primeiro mês de monitoramento – janeiro foi desenvolvida a etapa piloto da pesquisa. Nela, os pesquisadores experimentaram a aplicação da metodologia sobre o posicionamento discursivo em telejornais (SAMPAIO, 2009) e fizeram alguns ajustes para compreender o fenômeno a ser analisado, os telejornais policiaiscos. Após o documento pronto, foi realizada uma reunião com especialistas em comunicação e temas sociais, como direitos humanos, raça, geração etc, para fazer reflexões acerca dos dados e da metodologia de análise. Assim, o primeiro mês de relatório parcial possui formato diferente dos meses subsequentes (de fevereiro a junho), conforme pode ser observado nos anexos com os relatórios parciais dos seis meses de pesquisa.

Na categorização foram definidas todas as categorias para a análise dos dados (*corpus*), bem como sua forma de contabilização. Foram delimitadas categorias em dois campos: (1) jornalístico, com levantamento de dados sobre: enquadramento, formato, tempo, locais onde foram realizadas as coberturas, área geográfica do estado, principais violações presentes nesses tipos de programas e fontes de informação, e (2) perfil das fontes de informação, com levantamento de dados sobre: sexo, faixa etária e raça das pessoas entrevistadas pelos programas.

Em relação à categoria principais violações, estas foram definidas levando-se em conta o perfil dos programas. Assim, foram elencadas violações como imagens de crianças na cena do crime, imagens de corpos, incitação à violência, imagens de pessoas ensanguentadas etc. Já relativo ao perfil das fontes entrevistadas, a categorização de raça seguiu aos parâmetros definidos pelo IBGE e a de faixa etária seguiu os parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para definição de criança e adolescente (0 a 18 anos incompletos) e do Plano Nacional de Juventude (PNJ) para definição de jovem (15 a 29 anos).

A aplicação das categorias para verificação da frequência na qual os dados apareciam foi feita pela metodologia da Semana construída (KAYSER, 19XY). Uma semana completa (de segunda a sexta-feira) de cada mês foi analisada nos dois programas,

começando pela primeira semana do mês, seguindo pela segunda do mês seguinte e assim por diante. Desta forma, foi possível ter um panorama geral e sequencial dos dois programas a partir das análises das semanas construídas. Em janeiro a semana foi de 04 a 08; em fevereiro de 08 a 12; em março de 15 a 19; em abril de 19 a 23; em maio de 03 a 07, e em junho de 07 a 11.

Na codificação/contagem dos itens, as categorias foram aplicadas nas semanas construídas e os dados mensais transferidos para um *software* de tabulação de dados (*software* livre PSPP). Após seis meses de análises parciais, os dados foram condensados, gerando os percentuais gerais dos dois programas.

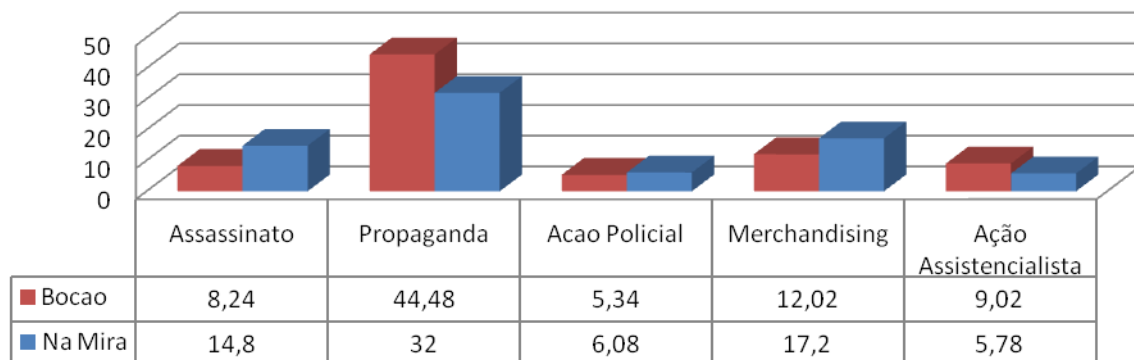
A fase de interpretação consistiu na leitura e análise dos dados parciais e gerais, com suporte de autores da metodologia de análise de discurso e das teorias de direito à comunicação, direitos humanos e políticas públicas de comunicação. Além de uma análise geral dos programas, a metodologia envolveu estudos de caso em cada mês monitorado. Assim, foi possível aprofundar determinadas violações de direitos humanos relativos a: ação da polícia, direitos humanos no carnaval, gênero (violência contra a mulher), criança e adolescente (abuso e exploração), raça e juventude.

8. Análise de conteúdo (frequência)

Em relação à análise de conteúdo foram elencados dois campos: (1) aspectos sobre a produção da informação e (2) aspectos sobre o perfil das fontes de informação. Os gráficos abaixo apresentam os principais dados quantitativos relativos a todas as categorias, seguidos por uma análise dos percentuais de cada variável. Através da análise sobre a frequência na qual cada categoria figurou nos dois programas foi possível aferir a estrutura e o enquadramento jornalístico dos programas, o perfil que conferem às fontes de informação e os principais direitos humanos violados. Tal análise, de caráter quantitativo, foi combinada a outra sobre o posicionamento discursivo dos programas, de caráter qualitativo, gerando uma análise geral dos programas.

8.1 Análise dos aspectos sobre a produção da informação: (comparativo entre os dois programas)

Enquadramento



Propaganda, *merchandising* (anúncios feitos dentro dos programas) e ações assistencialistas figuraram como os principais quadros¹⁴ dos dois programas, ocupando boa parte dos seus blocos¹⁵. Somando as três categorias verifica-se que eles excedem os limites impostos pela legislação brasileira, que destina, no máximo, 20% de tempo para publicidade nos programas televisivos.

Tais categorias estão ligadas ao aspecto econômico do *Na Mira* e do *Se Liga Bocão*, evidenciando o quanto eles são estratégicos para as emissoras do ponto de vista financeiro. As propagandas e o *merchandising* contaram com anunciantes de produtos e serviços, principalmente do mercado de varejo voltado para a classe popular. Os apresentadores foram os garotos propaganda de vários anúncios de *merchandising*. Em outros, quando não figuravam nesta posição, dialogavam com muita intimidade com os atores que anunciavam os produtos.

¹⁴O termo quadro foi tomado como inspiração da abordagem da *frame analysis*, proposta por Erving Goffman (1991). Para Goffman, a vida social é organizada com base em quadros primários, pois são através deles que os atores sociais podem responder à pergunta: o que se passa aqui? E tornar inteligível os acontecimentos da vida cotidiana. Os quadros são, portanto, os elementos centrais da constituição da cultura de um determinado grupo social, são os seus sistemas de crença (SAMPAIO, 2005).

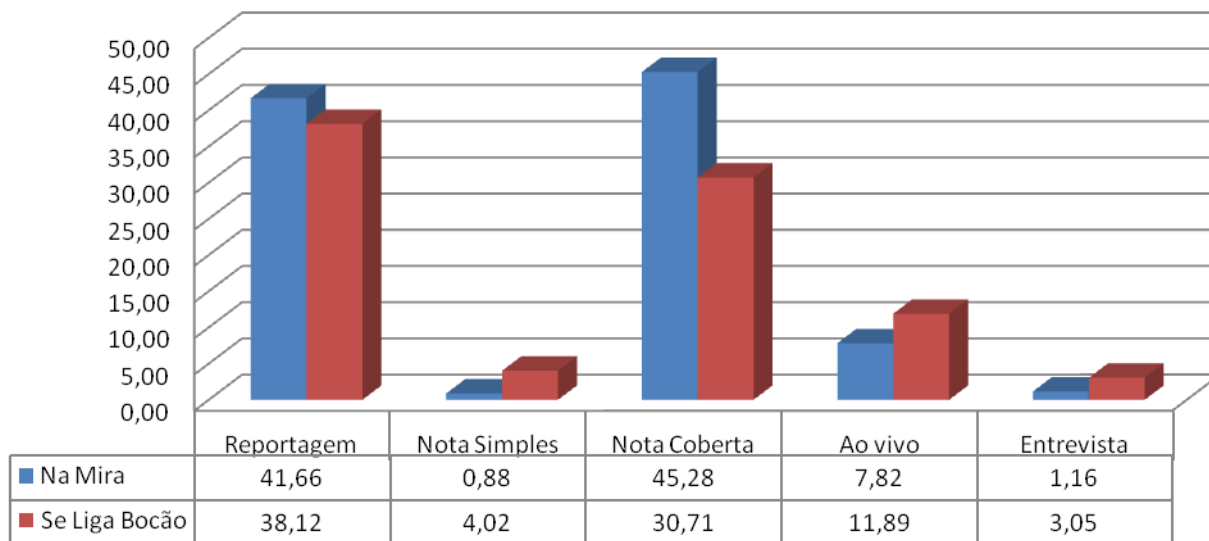
¹⁵Os cinco quadros elencados na tabela foram os que configuraram com percentuais mais altos. Porém, outros quadros, com valores menores, foram verificados: roubo, tráfico, casos grotescos, golpes/estelionato, assalto, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes, tentativa de homicídio, acidentes, dentre outros.

As ações assistencialistas foram utilizadas como estratégia para fidelizar a audiência, mediante a distribuição de prêmios e bens materiais. Elas podem ser classificadas em duas modalidades: (1) distribuição de prêmios em dinheiro com a participação dos telespectadores em determinados quadros e (2) distribuição de bens materiais para pessoas vítimas de tragédias naturais. No primeiro destacou-se a roleta da sorte, veiculada em todos os blocos do *Se Liga Bocão*, na qual o telespectador participava ao vivo, por telefone ou no estúdio, e a depender de onde a roleta parava ganhava determinada quantia em dinheiro. O *Na Mira* também implantou um quadro semelhante, no qual o telespectador ligava para o programa e se fosse sorteado participava ao vivo com a tarefa de atirar dardos em uma placa de tiro ao alvo e se acertasse ganhava kit com brindes do *Na Mira*.

Na segunda modalidade foi possível observar o quanto as ações assistencialistas exploraram o drama das pessoas, com muitas imagens de desabamentos e mortes causados por fortes chuvas e entrevistas com as vítimas das tragédias naturais, inclusive de mães que perderam seus filhos e choravam diante das telas. Em meio à exploração dessas situações, os dois programas realizaram campanhas de arrecadação de bens, como roupas, alimentos e medicamentos.

Excetuando a publicidade, os enfoques mais frequentes nos programas foram coberturas sobre assassinatos e ações policiais. Grande parte das matérias sobre estes temas referiram-se ao trabalho realizado pela polícia na investigação de crimes, como justificado pelos programas, que se intitularam como “observadores da violência”. Foi possível perceber que todos os enquadramentos favoreceram o posicionamento das corporações policiais, com repórteres e apresentadores apoiando e justificando as atividades exibidas. Em várias coberturas o enfoque foi dado às ações da polícia em tempo real. Em algumas, inclusive, a reportagem chegava primeiro do que as viaturas. Tal fato evidencia que muitas vezes os dois programas já sabiam, com antecedência, das ações.

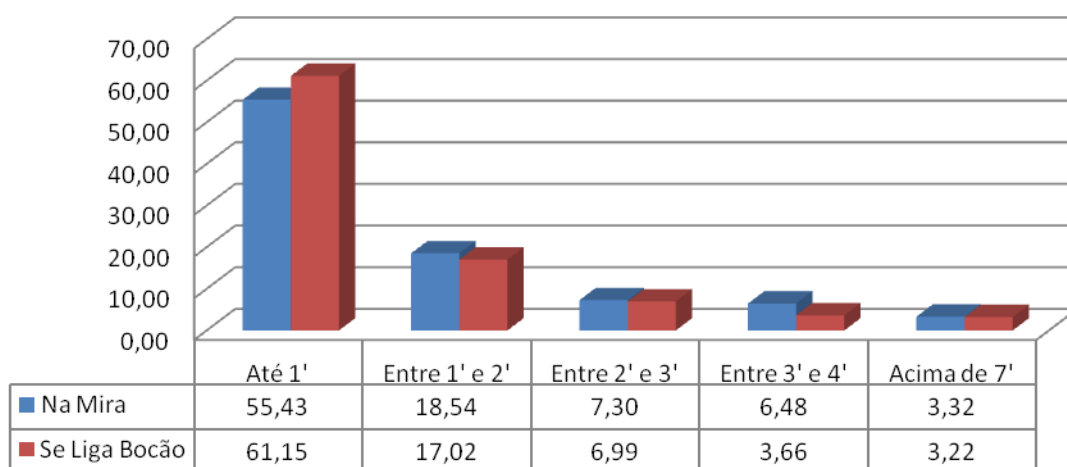
Formato da Cobertura



Reportagem foi o formato predominante em todos os meses de análise nos dois programas. Este gênero implica em maior apuro jornalístico, com investigação sobre os fatos e entrevistas com fontes. No entanto, observou-se que a investigação jornalística foi pouco realizada, com *Na Mira* e *Se Liga Bocão* transferindo esta atribuição para a polícia. A cobertura sob o ponto de vista das corporações foi tão intenso que muitas vezes o apuro e a investigação jornalísticos foram confundidos com apuro e investigação policial, sem elementos como checagem e confronto das informações, bem como o princípio básico do jornalismo de ouvir os dois lados com isenção.

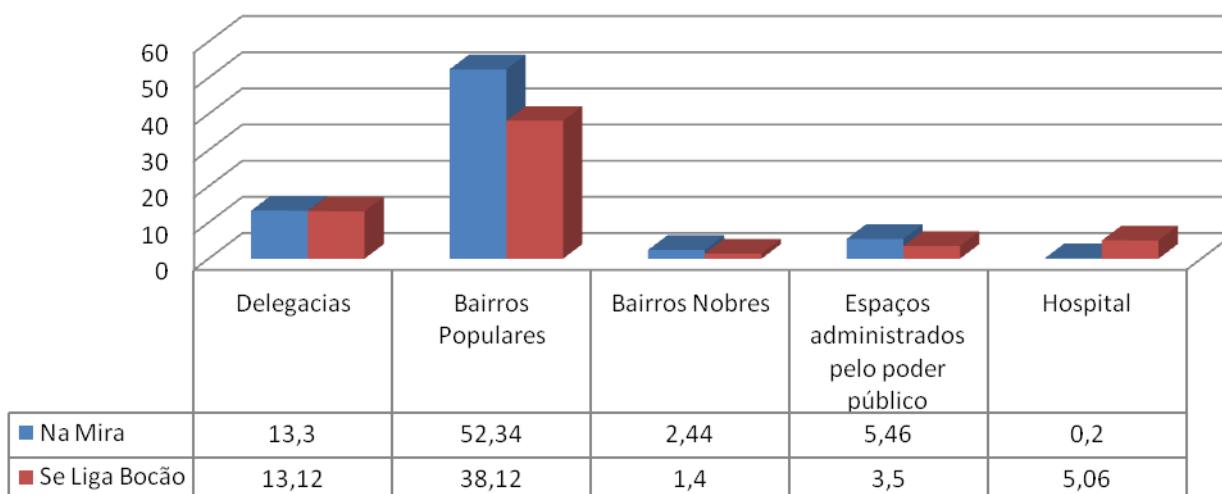
As notas coberturas – texto lido pelo apresentador acompanhado de imagens gravadas ou ao vivo – figuraram em primeiro lugar como formato de cobertura no *Na Mira*, com percentuais muito próximos da reportagem. Já no *Se Liga Bocão* este formato teve percentual bem menor. Em alguns casos foi possível notar baixa qualidade das imagens das notas cobertas, sugerindo que possam ter sido feita por outras pessoas que não profissionais técnicos das emissoras. Quando elas trataram sobre ações da polícia ocorridas dentro de delegacias ou de viaturas é possível questionar se sua autoria não seria dos agentes policiais

Tempo de Cobertura



O maior tempo das coberturas foi de até um minuto de duração. Tratou-se de matérias, notas simples (apenas texto lido pelo apresentador, sem imagens) ou cobertas realizadas pelos dois programas. Foi possível observar que o tempo destinado a cada cobertura nem sempre teve como critério a relevância social do fato, mas sim sua condição de espetacularização. Duas coberturas ajudam a exemplificar esta constatação: o *Na Mira* do dia 20 de abril dedicou mais de seis minutos a expor a imagem de uma mulher alcoolizada caindo do capô de um carro depois de ter subido para dançar em cima do veículo durante uma festa ocorrida em uma praia no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Já o *Se Liga Bocão* disponibilizou cinco minutos para uma nota coberta que mostrava unicamente imagens de câmaras de uma loja onde um notebook foi roubado por um homem.

Local de cobertura

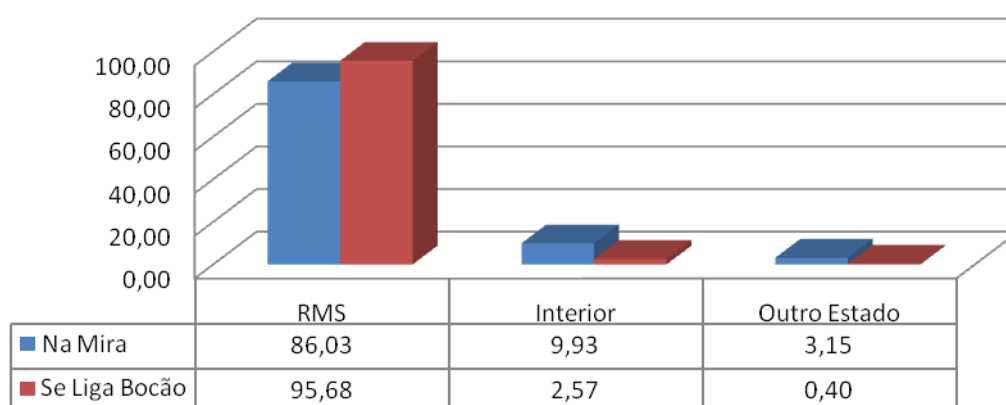


Como demonstrado no gráfico acima, os bairros populares, principalmente de Salvador, figuraram como os locais da maior parte das coberturas. Levando-se em conta o fato de que *Na Mira* e *Se Liga Bocão* abordam unicamente o universo da criminalidade, da violência e da ação policial, é possível verificar que, para os dois programas, os crimes teriam como cenário principal os bairros populares, onde vive a maior parte da população de Salvador de baixa renda.

Em contraposição, os bairros de classe média e alta possuíram índices muito baixos e quando figuraram nas coberturas precisaram ser justificados pelos apresentadores. Pelos seus comentários foi possível notar o quão inusitado seria a ocorrência de crimes nesses locais e o quanto naturalizado seria sua ocorrência nos bairros populares. Um exemplo foi o *Se Liga Bocão* do dia 18 de maio, que exibiu uma matéria sobre um crime ocorrido em Alphaville, bairro de classe média de Salvador. “Mais um corpo encontrado em Salvador, e agora não foi Tancredo Neves, Periperi, Baixada, não foi zona periférica. Foi no bairro de rico. Está acontecendo do seu lado... Alphaville! Pegaram e jogaram o corpo em Alphaville, condomínio de dois mil reais”, comparou o apresentador.

Em segundo lugar como local de cobertura figuraram as delegacias. Neste espaço, que serviu como cenário para reportagens e entrevistas ao vivo, foram mostrados salas de delegados e celas de presos, num flagrante desrespeito à legislação. Em alguns casos, pessoas presas como suspeitas ou acusadas de crimes foram constrangidas publicamente, tendo seu direito ao silêncio e à não exposição da imagem violados. Tal fato indicou não somente a concordância da polícia com as violações, como em alguns momentos foram praticadas com a sua participação.

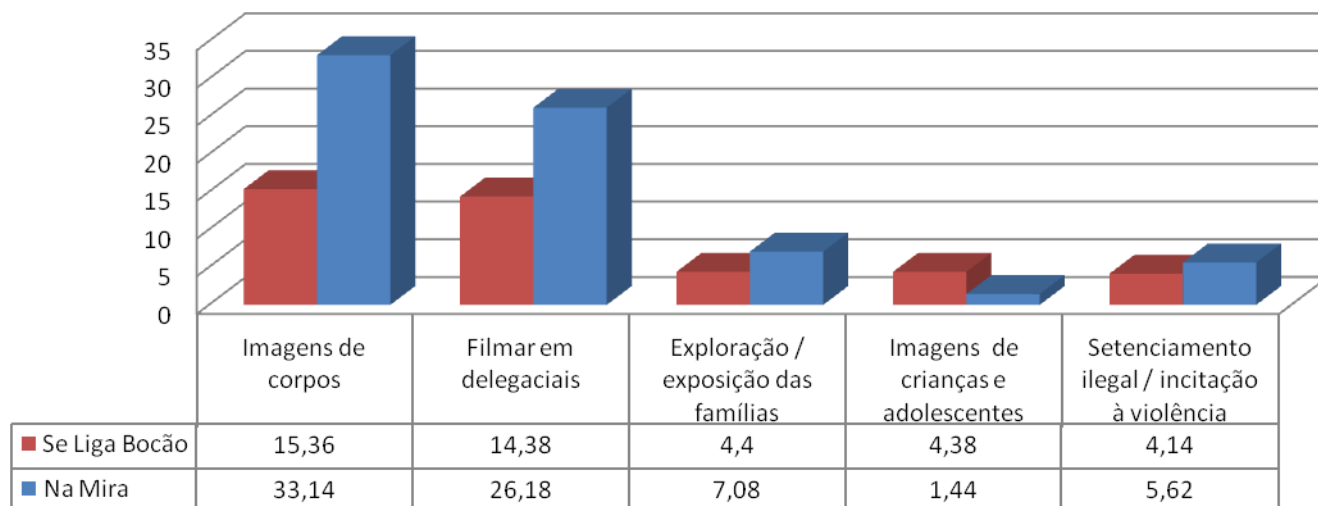
Abrangência Geográfica



A Região Metropolitana, e sobretudo Salvador, ocuparam praticamente toda a cobertura dos dois programas. Uma hipótese para esta predominância pode ser o custo de

deslocamento e permanência dos profissionais para a cobertura em cidades mais distantes. Os casos ocorridos em outros estados foram cobertos por outras emissoras afiliadas ou pela emissora âncora (a emissora nacional, no caso SBT e Record).

Principais Violações



As três violações mais frequentes apontadas na tabela acima: exposição de corpos, filmagem dentro das delegacias¹⁶ e exposição/exploração das famílias foram recorrentes nos dois programas em todos os meses de análise. Em relação à exposição de corpos, as imagens foram apresentadas e repetidas por diversas vezes durante as coberturas, e em algumas sem qualquer efeito para minimizar a cena, como digitalização da imagem. Parte dos casos não possuía contexto jornalístico nenhum: as imagens dos corpos eram veiculadas com levantamento de suposições e hipóteses por parte dos próprios apresentadores e repórteres, que sempre associavam os casos a tráfico de drogas, mesmo sem qualquer investigação realizada, sinalizando julgamento antecipado por parte dos programas.

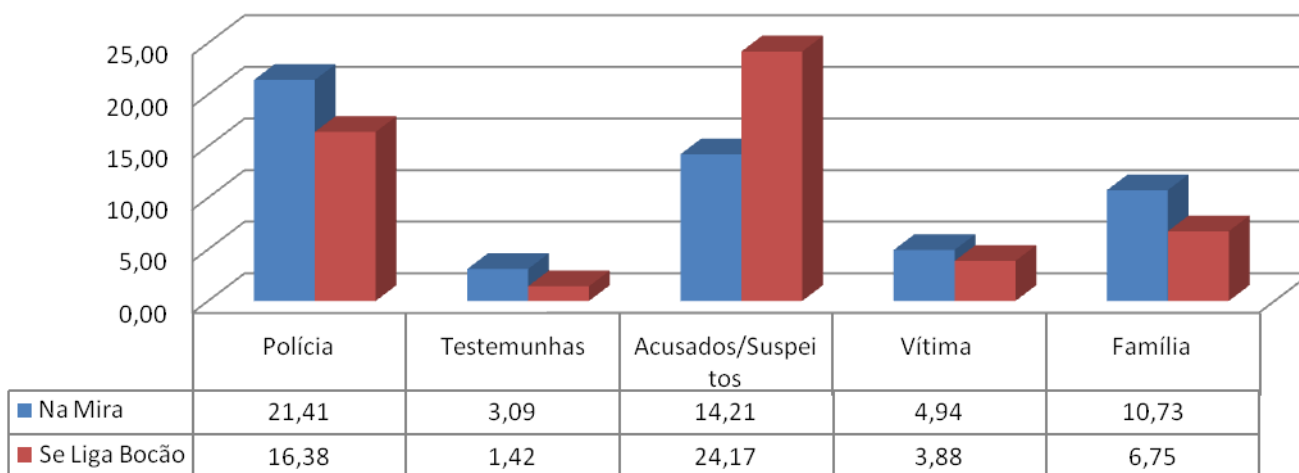
As delegacias figuraram como cenário constante das coberturas. Nelas, delegados, policiais e suspeitos foram entrevistados pelos dois programas, que evidenciavam intimidade com aquele local, muitas vezes entrando nas salas dos delegados ou nas celas dos presos.

¹⁶As filmagens dentro de delegacias foram consideradas violações de direitos humanos porque no contexto do *Se Liga Bocão* e do *Na Mira* foram feitas sem consentimento das fontes de informação consideradas suspeitas ou acusadas, expondo sua imagem de maneira abusiva e desrespeitosa, como no momento em que eram algemados e enviados para a cela.

A exposição ou exploração dos dramas familiares foram retratados sob diversos enfoques, sendo o mais constante aquele ligado a situações de crime e violência, seguido por situações causadas por tragédias, como deslizamentos de morros e desabamento de residências devido a fortes chuvas. Em todos os casos, os dois programas exploraram o sofrimento das famílias, principalmente das mães de suspeitos ou acusados de crimes, intensificando seu drama com a utilização de diversos adjetivos. Em outros casos, houve nítida indução dos repórteres para que as famílias conduzissem as respostas de acordo com as teses levantadas pelos programas.

Na maior parte dos casos, as violações se combinaram em uma mesma cobertura, como imagens de corpos com desfecho do caso em delegacias ou assassinatos e exploração das famílias que perderam seus entes durante o crime. Nestes casos, para efeito de contabilização, a pesquisa previu a elaboração de duas tabelas: a primeira para registro da violação mais evidente e a segunda para registro das outras violações vinculadas àquela cobertura.

Fontes



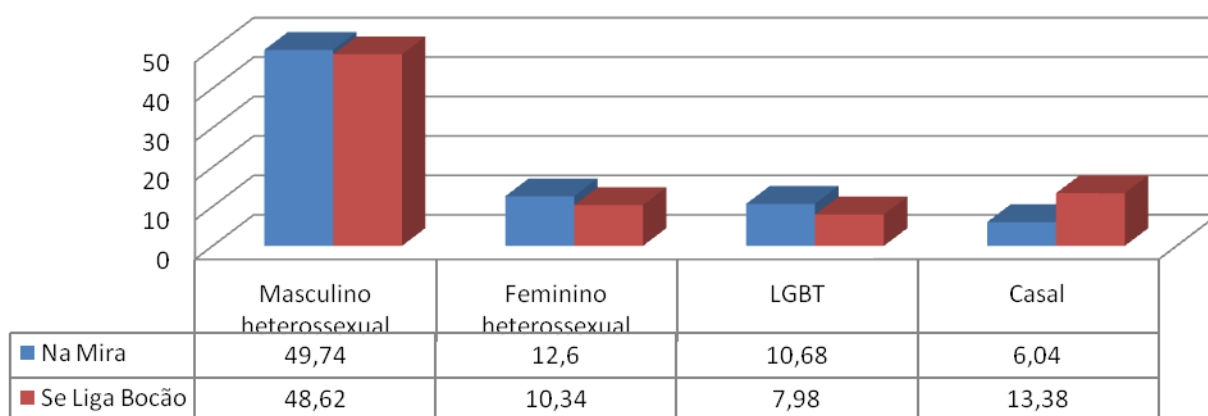
Polícia, suspeitos ou acusados de crimes figuraram como as fontes de informação mais entrevistadas, com variação entre os dois programas. O *Na Mira* privilegiou mais a fala das corporações policiais, enquanto o *Se Liga Bocão* mais os suspeitos ou acusados. Apesar dos percentuais próximos entre os dois públicos, o tratamento destinado a eles foi diametralmente oposto. Enquanto a polícia foi privilegiada nas falas e teve seus argumentos elogiados e acatados sem contestação, as fontes suspeitas ou acusadas foram tratadas com expressões pejorativas e induzidas a respostas de acordo com o interesse dos programas.

Ficou evidenciada a estreita relação existente entre os programas e as corporações policiais, com três principais comportamentos/coberturas classificados: número de operações policiais cobertas; espaço dado para entrevistas com delegados e agentes; tentativa de transformar os integrantes da polícia em “heróis”, demonstrado pelos adjetivos e mensagens de apoio e saudações enviadas a membros específicos das corporações. “Segura aí que os heróis da Bahia estão chegando”, foi a frase utilizada por José Eduardo para chamar uma matéria apresentada pelo *Se Liga Bocão* sobre uma operação em Cajazeiras, bairro de Salvador, realizada no dia 07 de janeiro.

Por outro lado, alguns membros da polícia também sustentaram esta relação, em determinados casos buscando se beneficiar dela mediante a visibilidade que os programas poderiam lhes conferir. Em certa cobertura do *Na Mira* no mês de março sobre um policial baleado por supostos criminosos, por exemplo, o policial sempre terminava a frase sobre sua atuação no enfrentamento do problema com: “Ele [um dos acusados] está preso e está *Na Mira*”. O próprio policial utilizou o bordão do programa numa tentativa de se vincular a ele. No *Se Liga Bocão* de maio a relação também foi explícita, com a titular da Delegacia de Proteção ao Turista (Deltur) de prenome Marita agradecendo a parceria do programa com a polícia, pois esta resultaria “sempre em bons frutos para a sociedade”.

8.2 Análise dos aspectos sobre perfil das fontes de informação: (comparativo entre os dois programas)

Gênero / Orientação Sexual



A predominância de fontes de informação masculinas se deu tanto em relação aos suspeitos ou acusados quanto em relação à polícia. Em relação aos suspeitos ou acusados, na maior parte dos casos tratou-se de homens jovens e negros, enquanto que em relação à polícia o perfil foi de homens adultos negros ou brancos.

As mulheres apareceram como fonte de informação na maioria das vezes de forma pejorativa, com forte apelo sexual ou de culpabilização pelas atitudes praticadas pelos homens acusados de violência ou crimes – clientes, namorados, filhos etc. Nas coberturas de entretenimento, presentes principalmente no *Se Liga Bocão*, houve muita associação entre lazer e sexo, com a apresentação, por exemplo, de bandas musicais com componentes femininos com performance de forte apelo sexual, sempre estimulados pelo apresentador e repórteres. Já nas coberturas de crimes, as mulheres, uma vez familiares ou namoradas dos suspeitos, tornaram-se corresponsáveis pelos atos cometidos por eles, ainda que não houvesse evidências de sua participação (leia mais no anexo com os estudos de caso dos meses de janeiro e março de 2010).

Já as mulheres que eram membros das corporações policiais foram fontes de informação enquadradas de forma positiva, com a sustentação de vários adjetivos como fortes, guerreiras e destemidas, feitas pelos apresentadores dos dois programas.

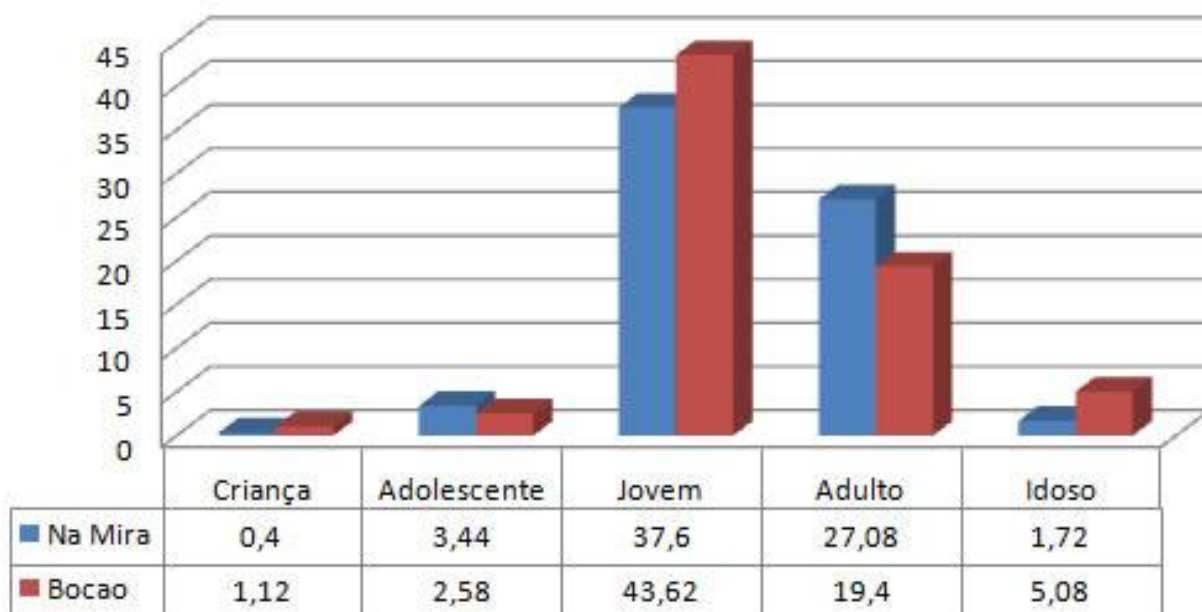
Já o público LGBT¹⁷, quando figurou como fonte de informação ou como tema de alguma cobertura, foi citado de forma errônea pelos programas, que não verificaram nomenclaturas e diferenciações hoje adotadas e defendidas no âmbito do movimento LGBT. Ao apresentar o caso de uma pessoa assassinada em Salvador, ora os programas se referiram a ela como homossexual, ora como travesti, ora como transexual. “Mais uma morte de homossexual, mais uma morte de travesti”, anunciou Uziel no *Na Mira*, enquanto aparecia o seguinte texto na tela: “Morte misteriosa: transexual assassinato em Areal de Itapuã”.

¹⁷LGBTT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais. Segundo definição da Rede de Adolescentes e Jovens Gays, Grupo E-Jovem (www.e-jovem.com) LGBTT significa:

Lésbicas e gays – pessoas que têm orientação sexual (escolha a partir do seu desejo, atração) voltada para o mesmo sexo

Bissexuais – pessoas que têm orientação sexual (escolha a partir do seu desejo, atração) voltada para o sexo masculino e feminino

Travestis e transexuais – pessoas que, apesar de ter um sexo biológico definido (masculino ou feminino), não se identificam com apenas uma destas identidades e adaptam seus corpos



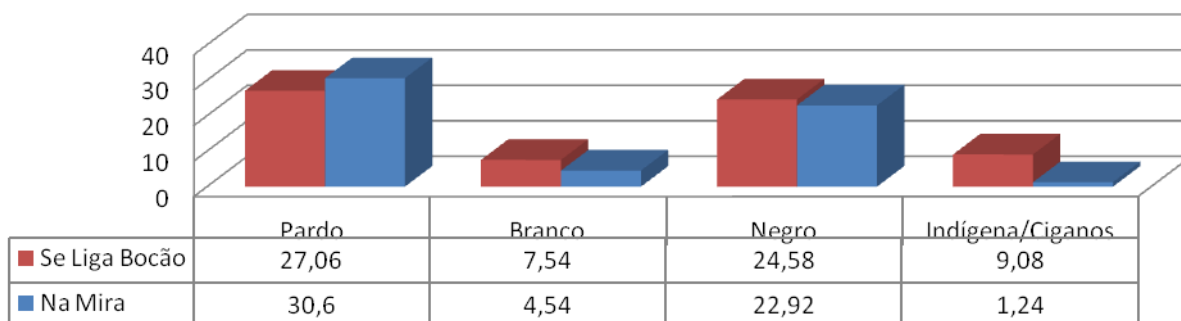
Como explicado no capítulo sobre a metodologia (capítulo 5), foram definidas algumas categorias para a faixa etária das fontes de informação a partir da legislação existente (Estatuto da Criança e do Adolescente e Plano Nacional de Juventude). Crianças e adolescentes, apesar de figurarem com percentuais baixos, não deveriam pontuar, uma vez que legislação proíbe que sejam expostos a situações como as exploradas pelos programas, nas quais figuraram na maior parte das vezes como vítimas da violência. De forma geral, as coberturas dos programas seguiram a determinação legal de não mostrar o rosto das crianças e dos adolescentes. No entanto, suas vidas foram exploradas tão minuciosamente que o corte feito na imagem do rosto seria irrelevante diante da exposição a que foram submetidos (leia mais no anexo com o estudo de caso do mês de abril de 2010).

A recorrência de fontes de informação suspeitas ou acusadas na faixa etária juvenil foi verificada durante todos os meses de análise e corroboram com a tese sustentada pelos movimentos sociais de que a juventude tem sido a maior vítima da violência na Bahia, e em especial em Salvador. No entanto, os programas não trataram este público sob a perspectiva da falta de direitos, principalmente o mais elementar de todos: o direito à vida. Ao contrário, os jovens permaneceram sempre na posição do problema, do dano e dos responsáveis pela criminalidade, sem qualquer contextualização sobre a condição desta categoria do ponto de vista social, político e econômico (leia mais no anexo com o estudo de caso do mês de junho de 2010).

O público adulto também figurou com percentuais elevados, uma vez que em sua categorização foram definidas as pessoas entre 30 e 60 anos. Ele foi predominante nas

fontes de informação das corporações policiais e de profissionais de áreas diversas que foram entrevistados pelos programas.

Raça/Etnia



Em relação à categoria raça, como evidenciado no capítulo sobre metodologia, foi seguido o parâmetro do IBGE para a categorização. Por se tratar de análise de conteúdo, os pesquisadores utilizaram o atributo da liberdade de observação para enquadramento das fontes de informação nesta categoria. Somando negros e pardos observa-se sua drástica diferença em relação às fontes de informação brancas. Estas, quando figuraram como fontes na condição de suspeitas ou acusadas de crime precisaram ser justificadas pelos programas devido ao inusitado da situação (leia mais no anexo com o estudo de caso do mês de fevereiro e maio de 2010).

Cruzando as três categorias acima é possível identificar o perfil das fontes de informação suspeitas ou acusadas de crimes nas coberturas do *Na Mira* e *Se Liga Bocão*: trata-se de homens, jovens e negros. Somando-se ao local de cobertura este perfil ganha mais uma característica: a baixa renda. Tal perfil reforça as constatações e denúncias dos movimentos sociais sobre a violação dos direitos humanos que as pessoas com estas características sofrem e que são cotidianamente reforçadas pelos dois programas. Na maior parte dos casos, os crimes dos quais estas pessoas foram acusadas não tinham comprovações, mas o fato de pertencerem a esse perfil foi indício suficiente para o julgamento e a condenação pelos programas e pela polícia. “Quando a gente para pra abordar alguém é porque já conhece a fisionomia... a polícia não trabalha por adivinhação, já vai ao elemento certo”, afirmou a delegada Patrícia Nuno, titular da 1ª Delegacia em Salvador/BA, no programa *Se Liga Bocão* do dia 06 de janeiro de 2010.

9. Análise discursiva (posicionamento discursivo)

9.1 O justiceiro

Roupas sóbrias, sobretudo preto na altura dos joelhos, voz rouca e gritada, expressão de fúria, olhos arregalados. Com estes elementos Uziel Bueno¹⁸ construiu um personagem (Ethos) encenado todos os dias em frente às câmeras do programa *Na Mira*. Para conduzir o telespectador ao mundo da criminalidade e da violência, a técnica utilizada foi também parecer violento, tentando construir um “mundo real” no qual quem assistia ao programa podia ter a dimensão de que “o sistema é bruto”, como afirmava um dos slogans do *Na Mira*.

Seu personagem se assemelha ao estereótipo do justiceiro, que de forma violenta e destemida faz justiça com as próprias mãos. “Tem o céu. Tem o inferno. Tem o *Na Mira* no meio, parceiro”, alertava Uziel durante o programa. Se o crime supostamente cometido pelo cidadão fosse descoberto, o julgamento seria feito pelo programa e a condenação ao céu e ao inferno caberia a ele, o orquestrador do purgatório.

Para convencer o telespectador (Logos) Uziel criou uma série de bordões que resumiam a intencionalidade do programa, como “aqui não é show da Xuxa não”, “aqui não é a Disneylândia”. As frases eram pronunciadas em meio a efeitos sonoros de tiros e imagens de uma placa de tiro ao alvo cravejada de balas. Além disso, uma voz de fundo, nomeada como “coisa”, se encarregava de intensificar o drama (Pathos): “meu Deus, eu não quero morrer”, “o diabo manda e a polícia da Bahia devolve”.

O cenário, além da placa de tiro ao alvo, contava com o boneco de um homem de tamanho natural com um televisor no lugar da cabeça. Após a chamada de cada matéria, Uziel estendia os braços e apontava para um aparelho de TV dizendo: “*Na Mira*”. Outro recurso adotado foi a exibição de um videoclipe com música de pagode ou efeitos sonoros pesados e várias cenas fortes do programa, como pessoas ensanguentadas, atropeladas, presas, chorando ou gritando.

¹⁸Esta análise foi feita com o apresentador Uziel Bueno porque durante a maior parte do monitoramento (entre janeiro e maio de 2010) ele conduzia o programa *Na Mira*. Apenas o monitoramento do mês de junho foi feito com a apresentadora Analice Salles, que substituiu Uziel no programa.

A estratégia da sedução (Logos) era envolver o telespectador num clima de terror, mas também de conforto ao saber que ali existia alguém que podia defender sua segurança ao tempo em que condenava os algozes.

A narrativa era gritada, cuspidos termos chulos e pejorativos aos suspeitos e acusados, como vagabundo, marginal etc. Porém, abrandada ao se referir à polícia, esta destemida, heroica etc.

Analice Salles, substituta de Uziel Bueno no programa desde maio de 2010, manteve o mesmo personagem, conferindo-lhe poucos toques de personalidade própria, como “aqui o babado é forte”, “sou loira, mas não sou burra”. Porém, a tentativa de manter a audiência pela identificação com o personagem não se mostrou eficaz, pois a incorporação não foi completa, sendo possível perceber a encenação.

9.2 O pastor

Camisa polo de cores variadas, calça jeans, voz alta, porém sem gritos; expressão alternando entre a calma e a raiva. Este foi o personagem (Ethos) criado por José Eduardo Bocão, encenado no programa *Se Liga Bocão*. Ao contrário de Uziel Bueno, José Eduardo encenava o papel do bom moço que queria ajudar os telespectadores e os suspeitos e acusados que figuraram no seu programa. A estratégia para conduzir os telespectadores ao mundo da violência e da criminalidade era mostrar a diferença entre o paraíso e a salvação e o julgamento e o inferno.

Seu estereótipo é o do pastor, aquele que cuida das ovelhas desgarradas e que está atento ao seu rebanho. Na verdade, uma estratégia para reforçar o caráter religioso da emissora, afiliada à TV Record, que tem vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus. Em meio a músicas gospel José Eduardo levantava as mãos ao céu e rogava: “Só ele salva. Jesus Cristo, venha salvar a gente”.

O convencimento (Logos) não era feito por meio de bordões, mas de uma narrativa crua, grosseira, porém, sempre permeada de algum caráter religioso, como se fosse preciso perdão após mostrar o inferno. “Ela pega uma zorra de uma colher, mete na vagina da menina e raspa”, “Isso é coisa de gente que não tem o que fazer. Se tivesse orando, chamando por Deus ou trabalhando ou estudando não estava desse jeito”.

O cenário era sóbrio, com vários televisores enfileirados na parede e uma bancada de onde ele apresentava o programa. Os efeitos especiais ficavam por conta de um videoclipe veiculado no início de cada programa, com fundo musical gospel e

intercalando cenas fortes de violência com outras nas quais José Eduardo era abraçado, aplaudido, ovacionado pela população dos bairros de baixa renda de Salvador. A própria visão do salvador.

A estratégia da sedução (Logos) era a exploração desses elementos religiosos. Em todos os programas José Eduardo escolhia um “eleito” a quem iria ajudar, oferecendo a suspeitos ou condenados uma chance de arrependimento e entrada no paraíso. “O que eu faço com ele, delegada?”, “Vou botar advogado e você vai sair daí direto para o internamento (sic)”, prometeu o apresentador a um suspeito de tráfico de drogas.

9.3 Justiceiro e pastor: semelhanças e diferenças

Um elemento comum aos dois programas foi o uso de termos chulos, pejorativos e agressivos em todos os enfoques de cobertura, ao tempo em que eram intercalados por piadas e chacotas. Banalizar situações graves de violência, que acometiam principalmente pessoas negras, de baixa renda e jovens, era uma forma de sedar o telespectador diante de tanta tragédia construída (Pathos e Logos). O “mundo real” cruel e desumano precisava ser palatável por meio do humor e da ridicularização. Termos como bafafá, babado, parafernália, arerê para designar situações de violência foram constantes, bem como abordar as fontes de informação suspeitas ou acusadas de forma banal: “Me conta aí como foi o assalto?”; “Além do assalto tem outra parada aí para dar?”; “Ele (o suposto chefe do crime) largou o pepino na mão de vocês?”, perguntava um repórter do *Se Liga Bocão* para três jovens presos como suspeitos de traficar drogas.

Apesar de muitas semelhanças entre os dois programas, relativas principalmente a formato, estrutura e conteúdos, a forma como estes conteúdos eram abordados se diferenciava por meio da narrativa conduzida por cada um dos personagens apresentados acima. Ambos, porém, julgavam e condenavam os suspeitos de violência e crime, um de forma implacável e impiedosa e o outro rogando por misericórdia.

10. Resumo dos estudos de caso

Como parte da metodologia de monitoramento, cada mês de análise contou com um estudo de caso, no qual foi possível aprofundar alguns tipos de violações classificadas por: atividade – ação da polícia; situações específicas: carnaval; categorias sociais: gênero, geração e raça. Para realizar os estudos de caso foram selecionadas reportagens veiculadas em cada um dos seis meses, utilizando como critério a gravidade da violação aos direitos humanos praticada contra os cidadãos, mediada e reforçada pelos dois programas (sem divisão exata entre eles). Os estudos de caso ocorreram fora da semana construída e foram descritos e analisados à luz da legislação e das teorias sobre direitos humanos.

Seus enfoques foram:

Janeiro – atividades policiais. Relato sobre a investigação do assassinato de um jovem suspeito de envolvimento com tráfico e assassinatos em Salvador, analisando como o programa *Na Mira* conduziu o enfoque da reportagem.

Fevereiro – carnaval. Relato sobre as violações aos direitos humanos ocorridas no carnaval de Salvador, analisando diversas matérias cujo enfoque do *Na Mira* e do *Se Liga Bocão* foram a violência ocorrida na festa.

Março – gênero. Relato sobre um caso de violência contra a mulher, analisando o enfoque dado pelo *Se Liga Bocão* ao caso e à questão de gênero.

Abril – geração (criança e adolescente). Relato sobre um caso de abuso e exploração sexual contra uma adolescente, analisando o enfoque dado ao caso pelo *Se Liga Bocão* e aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Maior – raça. Relato sobre a prisão de um homem negro, de baixa renda, morador do Centro Histórico, acusado de tráfico de drogas, analisando o enfoque dado ao caso pelo *Se Liga Bocão* e a questão do racismo.

Junho – geração (juventude). Relato sobre violações aos direitos humanos da juventude ocorridos em diversas coberturas, analisando como o *Na Mira* e o *Se Liga Bocão* enfocaram o tema e este público.

11. Considerações e recomendações

A pesquisa aqui relatada levantou dados e organizou informações que confirmam a existência de graves problemas na cobertura e no modo de tratamento de conteúdo televisivo no estado da Bahia. Embora o estudo esteja restrito a um formato específico de programa transmitido em âmbito estadual, as conclusões e resultados apresentados devem ser vistos como indicadores de um problema mais amplo, uma vez que este modelo de cobertura é hoje bastante difundido em diversas cidades e regiões do país e consegue atingir uma audiência significativa.

O retrato que se sobressai deste estudo demonstra que os canais de tevê vem produzindo um tipo de conteúdo cuja abordagem transgride normas éticas, viola direitos, incita à violência, espetaculariza tragédias e reforça preconceitos ou visões de mundo discriminatórias contra determinados segmentos sociais. Algo que atinge diretamente preceitos legais e normais constitucionais sobre os quais as emissoras estão submetidas. Ao invés de promover a pluralidade, de difundir informação para a cidadania, defender e promover a consolidação de direitos, os programas fazem justamente o inverso: ignoram suas funções sociais e suas obrigações legais e se transformam em tribunais

paralelos onde não é dado direito de defesa; onde suspeitos se transformam em condenados e cidadãos são colocados em situações de constrangimento. Tal cenário se torna ainda mais grave quando lembramos que as tevês operam concessões públicas.

Nos dois estudos de caso, os dados apresentados demonstram que os programas sustentam violações de diversas naturezas. As violações contra direitos constituídos, contra a dignidade humana e contra a diversidade (ou direitos difusos e coletivos) são as mais comuns nesta análise. Já as violações contra direitos políticos, embora também esteja presente, ocorre de modo mais localizado. Isso se explica pela própria característica dos programas estudados, uma vez que há um enfoque policial em suas coberturas. De um modo ou de outro, as violações são cotidianas nestes programas. Na verdade, parecem ser produzidos baseados justamente em violações.

A gravidade do problema, que não é apenas um fenômeno que ocorre na Bahia, mas espalha-se por diversas outras cidades e estados brasileiros, requer maiores esforços de monitoramento de conteúdo e de cumprimento da lei. Em diversos países com tradição democrática existem órgãos reguladores da radiodifusão que fiscalizam e recebem denúncias sobre irregularidades ou crimes cometidos pelas empresas de mídia. No Reino Unido, por exemplo, existe um “Código de Radiodifusão” (*Broadcast Code*) que dá as diretrizes de bom tratamento do conteúdo para as emissoras de tevê. O não cumprimento das normas estabelecidas implica em penalidades como advertência, multa e até mesmo suspensão da licença. No Brasil a realidade é bem diferente: leis com pouco efeito; órgãos sem ações efetivas de fiscalização; morosidade burocrática; *lobby* político e pressão econômica são alguns dos elementos que impedem qualquer tentativa de qualificação do conteúdo televisivo.

Diante deste contexto, é possível sugerir três eixos de ações que, ao serem implementados, podem melhorar a qualidade do conteúdo televisivo que temos hoje e combater violações de direitos cotidianamente praticadas por determinados *media*.

1 - Mecanismos legais: os agentes do Estado devem fazer cumprir aquilo que já é estipulado pela legislação atual, apesar de suas limitações. Neste caso, a criação de uma força tarefa que englobem representantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e também de órgãos independentes como a Anatel e Ministério Público pode significar um avanço.

2 - Caráter público: este processo deve ser transparente e participativo, a fim de evitar abusos de poder que possam ferir a liberdade de imprensa. Neste caso, a criação de fóruns, observatórios, audiências públicas, consultas públicas etc. são alguns mecanismos importantes. A mobilização

3 - Produção contínua de estudos de monitoramento da mídia: estes estudos podem identificar a evolução dessas violações ou o seu arrefecimento sobre a linha do tempo. Paralelamente à reivindicação de que haja maior responsabilidade por parte das empresas de comunicação, é preciso desenvolver pesquisas capazes de dar subsídios para dimensionar o tamanho do problema e que efeitos estes podem ter na vida pública. A metodologia aplicada neste estudo demonstrou-se frutífera e pode ser aprimorada e replicada em outras realidades. Também pode servir como base para o desenvolvimento de estudos longitudinais futuros.

Para que essas ações sejam implementadas, é necessário que a sociedade cada vez mais se aproprie do direito à comunicação, entendendo-o como essencial para a garantia dos direitos humanos. **A mobilização** em torno do tema é elemento central para o enfrentamento do problema, bem como para possibilitar respostas concretas, seja por parte das emissoras seja por parte do poder público. A pesquisa apresentada é um importante instrumento neste sentido e deve ser somada a outras iniciativas existentes a fim de que o cenário futuro da comunicação na Bahia seja da promoção e não da negação dos direitos humanos.

12. Referências

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Trad. Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 2001

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo**. Os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro Elsevier, 2002. 251p.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Giovandro Marcus. **O posicionamento discursivo de "A Gazeta" e "A Tribuna" (Vitória-ES / Brasil): uma explicação para entender a evolução de suas tiragens**. 1997.

FISHER, K. **Locating Frames in the Discursive Universe**In: Sociological Research Online, vol. 2, no. 3, 1997. Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/3/4.html>.

GOFFMAN, Erving. **Les cadres de l'expérience**. [1974] Paris: Les Éditions de Minuit, 1991.

INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação. **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. São Paulo: Intervozes, 2010

JENSEN, Klaus-Bruhn (Ed.). **A handbook of media and communication research: Qualitative and quantitative methodologies**. Londres: Routledge, 2002. p. 332.

JOST, François. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. **Introduction à l'analyse de la télévision**. Paris : Elipses 2004a.

KAYSER, Jaques. **Une semaine dans le monde**. Étude compare de 17 grands quotidiens pendant 7 jours. Paris : UNESCO, 1953.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa**. Análise de conteúdo. São Paulo: Eldorado, 1973.

MACCOMBS, Maxell E e SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of the Media**, *Public Opinion Quartely*, 36, 1972

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**. uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002. 247p.

MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Org). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2005

PATERNOSTRO, Vera Íris. **Texto na TV**. Manual de telejornalismo. Rio de Janeiro : Elsevier, 1999. 158p.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. Em: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Org). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2005

ROBERT, André D. & BOUILLAGUET, Annick. **L' analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

ROCHA, Penha. Televisão e religião no mercado global : TV Record e Rede Vida. IN: MATTOS, Sérgio (org). **A televisão na era da globalização**. São Paulo: Intercom, 1999. 176p.

SAMPAIO, Adriano de Oliveira. **A construção do posicionamento discursivo no telejornalismo: um estudo comparativo das estratégias discursivas dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record**. 2009. 262 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTICA. Procedimento Administrativo nº 08017.005008/2004-27. **Programa Cidade Alerta**. 21 de maio de 2004. Disponível em:<http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B2B4AA1D5-27A6-42FC-BD65-AF86FD3D9C62%7D&ServiceInstUID=%7B59D015FA-30D3-48EE-B124-02A314CB7999%7D>. Acessado em 24 fev. 2009.

SEMPRINI, Andrea. **CNN et la mondialisation de l'imaginaire**. Paris : CNRS, 2000.

SEMPRINI, Andrea. **A marca pós-moderna**. Poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

SILVA JÚNIOR, Gonçalo. **Pais da TV**. A história da televisão brasileira contada por - Armando Nogueira *et al.* São Paulo: Conrad Editora do Brasil., 2001.

SODRÉ, Muniz. **Televisão e Psicanálise**. São Paulo: Ática, 2003.

SODRÉ, Muniz; PAIVA; Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo**. Produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 2004. 187p.

TUCHMAN, Gaye. [1978]. **Making News**. A study in the construction of reality. Londres, Free Press, 2002.

VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona : Gedisa, 1995

VIZEU, Alfredo. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: _____. (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Analyser la communication**. Comment analyser les images, les médias, la publicité. Paris:L'Harmattan, 1996.

_____. **Applying Goffman's frame analysis in news discourse**. In: IAMCR 2004 - Comunicação e Democracia: perspectivas para um novo mundo. Porto Alegre, 2004.

_____. **CNN et la mondialisation de l'imaginaire**. Paris : CNRS, 2000.

_____. **O monopólio da fala**. Função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

13. Quem somos

CIPÓ – Comunicação Interativa

A CIPÓ - Comunicação Interativa é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos cuja missão é criar oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social, cultural e política de crianças, adolescentes e jovens, por meio da democratização da comunicação e da educação.

Em onze anos, realizamos ações que visem garantir o direito humano à comunicação, a educação pública de qualidade e os direitos infanto-juvenis, sempre na perspectiva da participação e da autonomia dos sujeitos envolvidos. Nossas ações estão voltadas para a Bahia, mas são capilarizadas e reforçadas por meio da atuação em redes e grupos nacionais e internacionais. A construção coletiva, via redes, fóruns e articulações da sociedade civil é uma marca da CIPÓ, que prima pelo trabalho compartilhado e solidário, capaz de criar sinergia e força para a defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo nas áreas de Comunicação e Educação.

A instituição atua nas seguintes vertentes: formação de adolescentes e jovens para e pela mídia; melhoria da qualidade da educação do país por meio da capacitação de educadores e parcerias com secretarias na execução de projetos de educação pela comunicação nas escolas; sensibilização de veículos e profissionais de comunicação para uma cobertura mais qualificada sobre temas do universo infanto-juvenil e difusão da produção de mídia jovem; e monitoramento de políticas públicas aliado a ações de incidência, especialmente nas áreas de Educação, Comunicação e Garantia de Direitos Infanto-juvenis.

Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

O Intervozes é uma associação civil que atua para transformar a comunicação em um bem público e efetivá-la como um direito humano fundamental para a realização plena da cidadania e da democracia. Busca o fortalecimento da esfera pública e a ampliação radical da participação da sociedade civil nos debates e decisões pertinentes à coletividade.

Neste sentido, acredita que a comunicação não pode ser entendida como um espaço apenas para especialistas e que o povo brasileiro, protagonista de seu presente e autônomo em relação ao futuro, depende de uma articulação profunda dos diversos grupos, entidades e pessoas que lutam pela democratização da sociedade.

Participando da construção das políticas públicas de comunicação, subsidiando as práticas dos movimentos sociais e da defesa do direito à comunicação e criando espaços de referência que reúnam as experiências de comunicação alternativa, o Intervozes espera fortalecer o diálogo e a cooperação entre os que têm como objetivo a transformação da comunicação e da sociedade.

Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA)

Fundada em 30 de setembro de 1987, na gestão do reitor Germano Tabacoff e após separação da Escola de Biblioteconomia, a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia vem desde então se destacando em nível nacional, por apresentar um currículo moderno e coerente com as novas tendências do mercado. Atualmente, oferece dois cursos de graduação: um com habilitação em Jornalismo (60 vagas) e outro com habilitação em Produção Cultural (60 vagas), ambos bastante concorridos, colocados invariavelmente entre os cinco mais disputados do vestibular.

Também abriga dois cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). O mais antigo é o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, um centro interdisciplinar de estudos e ensino criado em 1989 e o doutorado implantado em 1994, tendo sido avaliado pela CAPES em 2001 com o

conceito cinco (05), que o classificou como curso excelente, em pé de igualdade com os melhores do país.

Mais recentemente, em 2005, foi criado o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, também ofertando cursos de Mestrado e Doutorado. O Programa tem duas linhas de pesquisa: Cultura e Desenvolvimento e Cultura e Identidade e está avaliado pela CAPES com conceito quatro (04).

Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania – CCDC

O debate sobre direito humano à comunicação vêm ganhando força nos últimos anos, afirmando-se a necessidade de compreender este campo como fundamental para a garantia da democracia e da cidadania nas sociedades contemporâneas. Partindo desta reflexão, a Faculdade de Comunicação da UFBA criou o Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC), um órgão complementar de estudo, pesquisa e extensão na área de comunicação que agrega professores, estudantes, especialistas e ativistas sociais.

A proposta do CCDC é intermediar a relação entre a academia e as organizações e movimentos sociais em ações de extensão, ensino e pesquisa na área de comunicação e com enfoque em cidadania e democracia. Dentre suas ações está: monitoramento da mídia, identificando situações de cumprimento ou violação de direitos humanos e a produção de pesquisas sobre este tema; mobilização da sociedade civil em torno do direito à comunicação, por meio de sua participação protagonista junto a instâncias estratégicas; formação de atores sociais em comunicação, compreendendo uma série de temas como leitura crítica dos meios de comunicação, monitoramento de mídia, técnicas de comunicação, planejamento de comunicação para movimentos populares, políticas públicas de comunicação; participação em eventos acadêmicos; disseminação de estudos, pesquisas e experiências.

O CCCD foi criado em 2008 e atualmente desenvolve projetos em parceria com as ONGs CIPÓ – Comunicação Interativa e o Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, além da Agência Experimental, formada por estudantes com o objetivo de assessorar o movimento popular na área de comunicação. O Centro possui um site que divulga toda a sua produção: www.ccdc.ufba.br.

14. Expediente

Realização:

Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC) – Facom/UFBA

Rua Barão de Geremoabo, s/nº – Campus Universitário de Ondina – Salvador-BA

CEP: 40170-290

Tel.: 71-32836176 / 71-32836175

CIPÓ – Comunicação Interativa

Rua da Paciência, 3784, Rio Vermelho – Salvador-BA

CEP: 41950-080

Tel.: 71-35034477 / 71-35034490

Intervozes

Edifício Joé Severo, sala 509, Quadra 6, Bloco A – 81, SCS – Asa Sul, Brasília – DF

CEP: 70326-900

Tel.: 61-33413637

Supervisão geral: Giovandro Marcus Ferreira

Redação: Adriano Sampaio, Daniella Rocha, Pedro Caribé e Sivaldo Pereira

Edição: Daniella Rocha

Revisão: Adriano Sampaio, Giovandro Marcus Ferreira e Sivaldo Pereira

Coleta de dados: Matheus Sampaio, Rita de Cássia Barbosa e Gildásio Júnior (estagiários do CCDC)

Programação visual e multimídia: Rafael Ramos

Apoio: Fundação Ford

Realização:



Apoio:

